

A participação cultural de pessoas com deficiência ou incapacidade

Como criar um plano de acessibilidade

Ficha técnica

Título

A participação cultural de pessoas com deficiência ou incapacidade: Como criar um plano de acessibilidade

Coordenação Geral

Maria Vlachou, Acesso Cultura

Textos

Hugo Sousa, Maria Vlachou

Revisão

Célia Sousa, Coordenadora do Centro de Recursos para a Inclusão Digital (CRID) da Escola Superior de Educação e Ciências do Politécnico de Leiria; Investigadora Integrada do Centro de Investigação Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA)
Maria José Lorena, Fundação LIGA

Depoimentos

Diana Niepce, Irina Francisco, Paula Jardim, Tiago Fortuna, Tony Weaver

Design

Rui Belo

ISBN

978-989-54675-2-5

Licença Creative Commons



Participação Cultural de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade: Como Criar um Plano de Acessibilidade is licensed under CC BY-NC-ND 4.0. To view a copy of this license, visit <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0>

Edição

Câmara Municipal de Lisboa |
Direção Municipal de Cultura |
Divisão de Ação Cultural

Uma iniciativa

POLO CULTURAL
GAIVOTAS BOAVISTA 

Elaborado por



Índice

Introdução: contexto, objetivo e estrutura deste manual	5
1. Acesso à participação cultural: uma visão integrada	13
2. Áreas de intervenção	21
a. A comunicação com o público	22
b. O acesso aos edifícios	30
c. O acolhimento	32
d. O acesso à programação	33
e. Política de preços e venda de bilhetes	39
f. Trabalhar com pessoas com deficiência ou incapacidade	42
3. Do diagnóstico à mudança organizacional	45
a. Definir missão e objetivos	46
b. Designar um membro da equipa como coordenador/a de acessibilidade	47
c. Criar um grupo consultivo	48
d. Fazer um diagnóstico	48
e. Criar um plano de acessibilidade	49
4. Depoimentos	51
Irina Francisco	53
Paula e Manuel	59
Tony Weaver	63
Diana Niepce	67
Tiago Fortuna	71
Anexos	77
Glossário	79
Diagnóstico – <i>Checklist</i>	91
Declaração de política de acessibilidade	117
Descrição de funções do/a coordenador/a de acessibilidade	121
Referências e bibliografia	125

Introdução

Contexto, objetivo e estrutura deste manual

Blank lined area for notes or writing.

"Generosidade
não é justiça.
E inclusão não
é igualdade."

Madani Younis, programador cultural britânico

Cada vez mais, as palavras diversidade e inclusão fazem parte do discurso das pessoas que trabalham no setor cultural e das organizações culturais. Estando a percorrer o caminho desde a democratização da cultura (ainda muito reclamada) para uma cultura mais democrática, o setor torna-se mais consciente das ausências, da falta de vozes e de oportunidades, ou seja, da falta de acesso à participação cultural a vários níveis – dos públicos, das equipas, dos artistas e de todas as pessoas que colaboram com as organizações.

O artigo 27.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos define que “Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam”. Este direito está consagrado também na Constituição da República Portuguesa, que diz no seu artigo 73.º:

“O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais.”

O direito de acesso, de participação, traduz-se em responsabilidades e obrigações para o setor cultural. Este manual centra-se nos direitos e necessidades das pessoas com deficiência ou incapacidade.

Estima-se que em Portugal existam mais de 1.700.000 pessoas com pelo menos uma incapacidade¹ e mais de 2.200.000 com

¹ Dados referidos no artigo do DN “Um milhão e 700 mil portugueses têm incapacidade. Somos uma sociedade inclusiva?”, publicado a 2 de dezembro de 2018: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/02-dez-2018/-um-milhao-e-700-mil-portugueses-tem-incapacidade-somos-uma-sociedade-inclusiva-10264748.html>

mais de 65 anos². Muitas dessas pessoas são impedidas de participar livremente da vida cultural do país devido à falta de condições de acesso: ou seja, não se encontram entre o nosso público, não são nossas colegas e colaboradoras, não consideram a possibilidade de uma carreira artística ou, quando a consideram, não são programadas.

A verdadeira igualdade de oportunidades exige um acesso direto, imediato, permanente e o mais autónomo possível.

Exige o desenvolvimento de políticas públicas e, ainda, a nível de gestão, a consciência de que todas as áreas de uma organização cultural devem estar articuladas e contribuir para se concretizar o objetivo da criação de condições de acesso: desde a direção artística e executiva, à produção, à técnica, à comunicação e à educação.

O manual tem por objetivo:

- apresentar uma visão integrada do que significa criar condições de acesso à participação cultural;
- ajudar as organizações culturais a construir os seus planos de acessibilidade, para que possam dar resposta às necessidades das pessoas com deficiência ou incapacidade, de forma a cumprir a sua missão e respeitar os direitos dessas pessoas.

Ao longo do manual, são partilhadas orientações e regras gerais, que dizem respeito a qualquer tipo de espaço cultural (como teatros, salas de concertos, cinemas, museus, galerias, bibliotecas, arquivos). Quando existem questões que dizem respeito especificamente a determinado tipo de espaço, estas são consideradas e assinaladas.

² Dados referentes a 2018 e disponíveis no *website* do INE – Instituto Nacional de Estatística em Estimativas de População Residente / Redução da população residente em 2018 menor que a de 2017 – 2018 / 14 de junho de 2019. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=354227526&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

O manual está estruturado da seguinte forma:

> **1.ª parte: Acesso à participação cultural – uma visão integrada**

Introduz a questão do acesso como sendo algo que afeta de forma transversal uma organização cultural. O acesso não é da responsabilidade de uma pessoa ou de um departamento. Trata-se de um compromisso, definido a nível central, de gestão, que necessita que as equipas estejam preparadas e depende do contributo de todas as pessoas e de todos os departamentos que compõem a organização.

> **2.ª parte: Áreas de intervenção**

Definem-se aqui as áreas de intervenção: a comunicação, o acesso aos edifícios, o acolhimento, o acesso à programação, as políticas de bilheteira e a colaboração com pessoas com deficiência. Desta forma, procura-se seguir um percurso desde o momento em que uma pessoa entra em contacto com uma organização cultural ainda à distância (por exemplo, através do *website* ou da publicidade) até atravessar a porta do edifício, como público, membro da equipa ou colaborador/a.

> **3.ª parte: Do diagnóstico à mudança organizacional**

Procura-se identificar os passos necessários para que uma entidade possa criar a sua própria orientação e garantir o acesso à participação cultural, de forma transversal e continuada.

> **4.ª parte: Testemunhos**

Reúnem-se aqui cinco testemunhos na primeira pessoa: profissionais da cultura e público – todas pessoas com deficiência ou necessidades específicas – e, ainda, uma mãe e cuidadora. Pessoas que se relacionam de múltiplas formas com o setor cultural e que partilham as suas experiências, positivas e negativas, os seus sentimentos, desejos e necessidades.

> **Anexos**

Servem para ajudar as organizações culturais a construir o seu plano de acessibilidade:

- o glossário dos termos técnicos usados neste manual
- uma *checklist* para um diagnóstico elementar
- sugestões para formular a declaração de política de acessibilidades
- opções de descrição das funções da pessoa que coordena a área da acessibilidade dentro da organização.

> **Referências e bibliografia**

Quem tiver interesse em aprofundar os conhecimentos pode encontrar, para além da legislação relacionada com a acessibilidade, uma seleção de textos, vídeos e websites a consultar.

1

Acesso à participação cultural: uma visão integrada

Tipos de barreiras

O acesso não é uma questão exclusiva das pessoas com deficiência ou incapacidade. Nem tão-pouco se limita à ausência de barreiras arquitetônicas, apesar de muitas ainda continuarem a existir e a ser criadas. É um conceito mais abrangente, que integra três dimensões gerais: o acesso físico, o social e o intelectual.

As **barreiras físicas** são obstáculos naturais ou artificiais (estruturais) que impedem a circulação, a aproximação e a transferência de pessoas com mobilidade condicionada, em espaços e equipamentos. Afetam, sobretudo, mas não exclusivamente, pessoas que se deslocam em cadeira de rodas (manual ou elétrica) e, ainda, pessoas que conseguem andar mas que têm dificuldade em percorrer grandes distâncias ou em ultrapassar obstáculos como escadas ou passeios (por exemplo, grávidas e pessoas de idade, pessoas paraplégicas, com esclerose múltipla, que sofreram um AVC, entre outras).

As **barreiras sociais** referem-se a situações que impedem ou dificultam o acesso à participação cultural. Consideram-se aqui fatores como o nível de escolaridade, o analfabetismo ou a baixa literacia, o desemprego, o isolamento social ou geográfico, a escassez de oferta cultural na zona de residência, o cumprimento de pena judicial, entre outros.

As **barreiras intelectuais** impedem ou dificultam o acesso à participação cultural de pessoas que são analfabetas, que têm baixa literacia, que não têm conhecimento técnico e/ou científico especializado sobre determinado assunto, que não têm o português como primeira língua ou que têm uma deficiência, incapacidade ou limitação sensorial (por exemplo, pessoas cegas, S/surdas, com baixa audição, com défice de atenção, com deficiência intelectual ou com condições do espectro autista, entre outras).

As condições de acesso físico estão regulamentadas por lei e têm de ser obrigatoriamente cumpridas pelo Estado e pelos privados. Em relação às barreiras sociais e intelectuais, não existe uma regulamentação específica. No entanto, a Lei 46/2006 proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência. Além disso, obriga a rever várias práticas ou omissões das organizações culturais que resultam em barreiras à participação cultural das pessoas com deficiência ou incapacidade. Cabe às organizações culturais a iniciativa de identificar e eliminar essas barreiras.

Participação cultural e deficiência

As pessoas com deficiência ou incapacidade deparam-se com várias barreiras à vida em sociedade e não apenas no acesso à participação cultural. Estas barreiras, que podiam ser evitadas, não existem devido à sua deficiência. Existem porque a forma como a sociedade e o ambiente físico estão organizados lhes impõe um conjunto de restrições, excluindo-as e marginalizando-as.

Esta visão, conhecida como “modelo social da deficiência”, opõe-se à visão do “modelo médico”, que, erradamente, centra na deficiência as dificuldades sentidas pelas pessoas. O modelo médico persistiu durante muito tempo e afeta ainda hoje a nossa mentalidade em torno destas questões, não tomando em consideração o papel opressor da organização social.

Modelo médico

O problema está na deficiência

As pessoas com deficiência a receber passivamente a ajuda de serviços para gerir ou curar a sua situação

- Escolas especiais
- Terapia ocupacional
- Terapia da fala
- Médicos/as
- Especialistas
- Assistentes sociais
- Apoios sociais
- Transporte especial
- Atividades educativas especiais

Modelo social

O problema está na sociedade

As pessoas com deficiência a lutar ativamente pela igualdade, em parceria com as pessoas que são suas aliadas

- Preconceitos
- Subvalorização
- Insistência no modelo médico
- Ambiente inacessível
- Informação inacessível
- Falta de acesso à educação
- Discriminação no emprego
- Serviços especiais (segregadores)
- Transportes inacessíveis

Imagem 1. Reflexos do pensamento de acordo com o modelo médico e o modelo social da deficiência

No que diz respeito ao acesso à participação cultural, as pessoas com deficiência ou incapacidade deparam-se com todo o tipo de barreiras. Apesar de as barreiras físicas serem as mais óbvias e aquelas sobre as quais existe maior consciência na sociedade, as barreiras sociais e intelectuais são igualmente significativas e limitadoras.

De acordo com os relatórios anuais do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos³, nos últimos dez anos (2009-2019), verifica-se em Portugal um quadro de mudança global positivo. Porém, os progressos têm sido ténues e, em alguns domínios, inexistentes.

³ Portugal ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2009. <http://oddh.iscsp.ulisboa.pt/index.php/pt/2013-04-24-18-50-23/publicacoes-dos-investigadores-oddh>

Na área da educação e da formação profissional, por exemplo, existiu maior participação, mas escassa afetação, ou mesmo declínio, de recursos. Isto significa que as pessoas com deficiência têm condições muito limitadas no acesso ao ensino de todos níveis e uma maior probabilidade de estar desempregadas (o número aumentou 41% na última década, ao passo que na população em geral diminuiu 38%). Estes fatores limitam as oportunidades das pessoas com deficiência ou incapacidade de participar – livremente, ativamente e em igualdade de circunstâncias – na vida cultural da comunidade. Por isso, as organizações culturais devem ter consciência das barreiras físicas, sociais e intelectuais e considerá-las de forma concreta na construção dos seus planos de acessibilidade.

Uma nota importante: apesar de as pessoas com deficiência ou incapacidade serem gravemente afetadas pela inexistência de condições de acesso, não são as únicas a ver o seu direito à participação cultural posto em causa. Ao garantirem condições para que as pessoas com deficiência ou incapacidade acedam aos seus espaços e à sua programação (como público e como profissionais), as organizações culturais estão também a tornar-se mais inclusivas para a sociedade em geral.

Uma visão integrada

Nas várias organizações culturais trabalham pessoas com diferentes níveis de consciência, interesse e experiência em relação às questões de acessibilidade. Às vezes, algumas ficam informalmente “responsáveis pelas acessibilidades”. Muito frequentemente, a sua saída da organização significa o fim das preocupações com a acessibilidade.

A existência de uma pessoa responsável pela coordenação da acessibilidade é fundamental para se poder garantir condições de acesso de uma forma permanente, coerente, eficaz e continuada. No entanto, a acessibilidade é um assunto central, em termos de gestão, em qualquer organização cultural.

Seria, por isso, um erro pensar que a questão fica resolvida apenas com a existência de um/a coordenador/a. A garantia de acessibilidade deve ser assumida pela organização e partilhada por todos os membros da equipa, todos os departamentos e, claro, pelas tutelas. Todas as áreas – direção, educação, produção, comunicação, técnica – têm um contributo a dar para se cumprir o desejo e a obrigação de acessibilidade.

Sugestão de visualização dos vídeos

[The social model of disability](#)

[I am not your inspiration, thank you very much](#)

2

Áreas de intervenção

2a. A comunicação com o público

As pessoas com deficiência ou incapacidade são um dos públicos-alvo das organizações culturais. No que diz respeito concretamente à comunicação, e tal como acontece com qualquer público-alvo, as suas especificidades e necessidades devem ser consideradas, de forma a criar condições de acesso adequadas e eficazes. Isto diz respeito tanto aos conteúdos e à linguagem, como aos canais de comunicação usados para chegar às pessoas.

Nesse sentido, alguns dos aspetos a considerar são os seguintes:

Linguagem clara

A grande maioria das pessoas que frequentam as organizações culturais não é especialista nas matérias que elas tratam. No entanto, é muito comum quando se comunica com elas por escrito (emails, websites, legendas, textos para audioguias, folhas de sala) usar uma linguagem que é técnica e que só deveria ser usada entre pares, em contexto profissional. Além disso, mesmo não havendo termos técnicos, existem situações em que a construção de um texto e os conceitos apresentados são também complexos, acabando por dificultar a compreensão.

Quando se usa uma linguagem clara, quem lê encontra facilmente o que procura, compreende o que encontra e consegue usar essa informação.

Algumas das principais técnicas da linguagem clara são:

- fazer frases e parágrafos curtos e diretos
- usar palavras conhecidas
- escrever de forma próxima do discurso oral (ler em voz alta ajuda a identificar os pontos fracos)
- usar verbos na voz ativa
- estruturar os conteúdos em blocos lógicos
- evitar o uso de termos técnicos e siglas (ou explicá-los, se forem mesmo necessários)
- usar uma formatação e design que facilitem a leitura.

No entanto, a linguagem clara usada na comunicação com o público em geral pode não dar resposta às necessidades específicas das pessoas com deficiência intelectual. Para estas pessoas, devem ser usadas as técnicas de Comunicação Alternativa e Aumentativa (por exemplo, guias com pictogramas).

É necessário fazer aqui uma referência à linguagem usada para falar com e sobre as pessoas com deficiência:

Como é natural, a linguagem relacionada com a deficiência ou a incapacidade evolui, acompanhando a transformação da sociedade e das mentalidades. É necessário estar a par dessas evoluções, ao mesmo tempo que temos de estar conscientes de que dificilmente haverá consenso sobre a linguagem, mesmo entre as pessoas com deficiência ou incapacidade. Aconselha-se, por isso, uma escuta ativa e sensível, no sentido de optar pelas palavras e expressões usadas pela pessoa a quem nos estamos a dirigir.

Deve-se ter o mesmo cuidado quando se promove o trabalho de artistas com deficiência. Às vezes, pensa-se que a deficiência pode ser uma poderosa ferramenta de marketing, de atração. O efeito é, normalmente, o contrário: as pessoas até podem ficar admiradas, mas pensam também que esta é uma arte menor, de menor qualidade. Os/As artistas com deficiência querem, de uma forma geral e em primeiro lugar, ser reconhecidos/as como isso mesmo: artistas.

Aconselha-se, assim, uma linguagem focada nas pessoas e não na deficiência⁴. Isto não significa esconder ou camuflar essa realidade. É importante que a deficiência seja referida sempre que for necessário (por exemplo, para divulgar os serviços e recursos de acessibilidade disponíveis). É importante usar uma linguagem informada, evitando, sobretudo, expressões que caíram em desuso ou que são erradamente consideradas como politicamente corretas.

⁴ O debate à volta da linguagem "*person-first*" e "*identity-first*" está muito presente nos países de língua inglesa. Apesar de não ter um reflexo direto no uso da língua portuguesa, ajuda a perceber de que forma diferentes pessoas se veem a si próprias e querem ser referidas. Há artigos na secção das Referências que permitem conhecer melhor esta problemática.

Usar	Não usar
Pessoa com deficiência Pessoa com incapacidade Pessoa com diversidade funcional Pessoa com necessidades específicas	Deficiente Incapacitado ou incapacitada Pessoa que sofre de deficiência Pessoa portadora de deficiência Pessoa com problemas Pessoa com necessidades especiais
Pessoa com deficiência física Pessoa com mobilidade condicionada/reduzida Pessoa que usa cadeira de rodas Utilizador/a de cadeira de rodas	Deficiente motor Pessoa confinada a uma cadeira de rodas A cadeira de rodas
Pessoa com deficiência visual Pessoa cega Pessoa com baixa visão	Invisual Amblíope
Pessoa S/surda Pessoa com deficiência auditiva	Surdo-mudo ou surda-muda Deficiente auditivo (quando se trata de pessoas Surdas)
Língua Gestual Portuguesa	Linguagem gestual
Pessoa com deficiência intelectual ou cognitiva	Deficiente mental
Pessoa com síndrome de Down/ Trissomia 21	Mongoloide
Pessoa de estatura mais baixa	Anão/anã
Casa de banho acessível Casa de banho adaptada	Casa de banho dos deficientes

Imagem 4. O que digo?

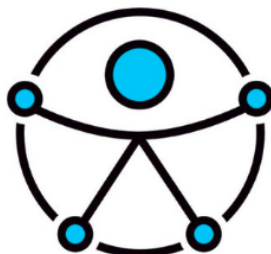
Sugestão de leitura

Forber-Pratt, A.J. (2019). *Yes, you can call me disabled*

Plataformas digitais

- > Os *websites* das organizações culturais devem cumprir as normas de acessibilidade web.
- > Da mesma forma, as aplicações, os documentos digitais *online*, as *newsletters* e as plataformas de compra de bilhetes *online* (apesar de não serem sempre geridas diretamente pela organização cultural) devem cumprir as normas de acessibilidade *web*.
- > Os conteúdos audiovisuais (por exemplo, *spots* publicitários) devem incluir o recurso à audiodescrição, à interpretação em Língua Gestual Portuguesa e à legendagem.
- > No caso da programação acessível, deve ser considerada a criação de *e-cards/newsletters* específicos para pessoas com deficiência visual ou S/surdas, para que os conteúdos possam ser acessíveis e corresponder às suas necessidades específicas de informação.
- > O *website* deverá incluir no menu o item "Acessibilidade", que deve ter informações detalhadas sobre:
 - as condições de acesso físico, fora e dentro do espaço, incluindo sobre transportes e estacionamento
 - os serviços de acessibilidade e apoio no local (por exemplo, política de preços, entrada de assistentes pessoais, empréstimo de cadeiras de rodas, acomodações para cães-guia)
 - a programação acessível (que deve constar também nas páginas específicas dos espetáculos, exposições, atividades e eventos acessíveis)
 - os contactos para esclarecer dúvidas sobre acessibilidade.

O uso dos pictogramas relacionados com a acessibilidade ajuda a assinalar de forma clara e imediata a existência de serviços. Estes símbolos podem ser encontrados na secção das Referências (manuais).



Acessibilidade

Imagem 2. Símbolo universal da acessibilidade

Materiais impressos

- > Os materiais impressos devem seguir as normas do design gráfico acessível (considerar tipo de papel, materiais de acabamento, tipo e tamanho da fonte, cores e contrastes, espaçamento entre linhas, densidade entre letras, alinhamento do texto, largura dos parágrafos).
- > Devem ainda ser considerados formatos alternativos, como as impressões em Braille e ampliado (por exemplo, brochuras de exposições, textos em painéis e legendas, folhas de sala). Como alternativa, podem ser considerados ficheiros áudio, no entanto, deve ser dada prioridade aos conteúdos escritos, como acontece com o restante público.
- > No caso específico das pessoas Surdas, não se deve esquecer que a sua língua materna é a Língua Gestual Portuguesa (LGP) e não o português. Por esta razão, os materiais impressos devem identificar de forma clara, curta e imediata (usando o símbolo da LGP) os conteúdos que se dirigem ou que são acessíveis a pessoas Surdas.

- > No caso específico das pessoas com deficiência intelectual, deve haver materiais alternativos com pictogramas.



O Castelo de Leiria é um monumento importante da história da Cidade de Leiria.



Foi um palácio e uma fortaleza militar.

Imagem 3. Guia com pictogramas, Castelo de Leiria, CRID – Centro de Recursos para a Inclusão Digital / Instituto Politécnico de Leiria.

Tal como acontece com os *websites*, os materiais promocionais impressos (brochuras, folhetos de programação ou anúncios nos jornais) devem incluir informação sobre as condições gerais de acessibilidade, serviços de acessibilidade e programação acessível. Esta informação será, naturalmente, adaptada ao formato e espaço disponível, podendo remeter para o website para mais informações. O uso dos pictogramas relacionados com a acessibilidade ajuda a assinalar, de forma clara e imediata, a existência de serviços.

Relações públicas

- > Havendo uma política de acessibilidade assumida, é importante que seja comunicada com regularidade para o exterior. Para além de usar os vários canais de comunicação da organização (digitais e impressos), a pessoa responsável pela assessoria de imprensa deve incluir informação relevante nos comunicados de imprensa relacionados com a programação. Deve ainda procurar promover periodicamente entrevistas sobre a filosofia e trabalho da organização nesta área.
- > É necessário estabelecer contacto com organizações que representem pessoas com deficiência, de forma a criar relações e dar a conhecer a programação acessível.
- > Ao mesmo tempo, é também necessário poder ficar com os contactos individuais das pessoas com deficiência que frequentam a organização cultural, para as manter informadas de forma mais direta e imediata.

2b. O acesso aos edifícios

Todos os espaços públicos têm de cumprir o Decreto-Lei 163/2006 com o propósito de garantir um acesso direto, imediato, permanente e o mais autónomo possível. Alguns edifícios históricos podem apresentar desafios adicionais e, às vezes, inultrapassáveis. No entanto, antes de baixarmos os braços, devemos consultar profissionais com conhecimentos especializados para podermos identificar e avaliar possíveis soluções. Nenhuma pessoa deve ser excluída do espaço com a desculpa de que se trata de um edifício histórico.

A requalificação de um edifício obriga à realização das adaptações necessárias para o tornar acessível. O projeto deve incluir o plano de acessibilidade para a obra obter licenciamento. Muitas vezes, entidades públicas – tuteladas pelo Estado ou pelas Autarquias – ignoram esta obrigatoriedade, uma vez que a responsabilidade de licenciamento é das próprias Autarquias. Isto resulta na reabertura de espaços que, depois das obras de requalificação, continuam inacessíveis. Ou seja, continuam a excluir várias pessoas.

Os diagnósticos de acessibilidade física consideram fatores como:

- **A via pública** – acesso ao equipamento: transportes, estacionamento, passeios e passadeiras, escadas e rampas, pisos
- **A circulação no interior** – portas, balcões de atendimento, pisos, escadas, corrimãos, rampas, instalações sanitárias, salas de exposição e leitura, auditórios, salas de ensaio, camarins, sinalética, alarmes visuais e sonoros

- **O acesso à informação e aos conteúdos** – acessibilidade ao *website* e materiais impressos, materiais e meios de comunicação alternativos, informação sobre acessibilidade, vitrines de exposição, painéis, legendas, colocação de um anel magnético nas salas e ainda nos balcões de atendimento com vidro
- **Plano de evacuação**

É muito comum as entidades culturais considerarem apenas as condições de acessibilidade nas zonas públicas dos seus edifícios, ignorando as zonas privadas (escritórios, oficinas, salas de ensaio, camarins, instalações sanitárias, balneários/ vestiários, copas). Isto significa que pessoas com deficiência ou incapacidades temporárias (como membros das equipas, colaboradores/as e artistas) são impedidas de trabalhar. Significa também que estas pessoas são impedidas de responder a anúncios de trabalho para esses espaços ou que as suas candidaturas não são consideradas.

Sugestão de leitura

Jorge Falcato, *Sou discriminado todos os dias. Não podemos viver de jeitinhos*

2c. O acolhimento

A falta de interação com pessoas com deficiência ou incapacidade – o facto de não partilharmos, habitualmente, os mesmos espaços de lazer, de educação, de trabalho, etc. – cria sentimentos de insegurança, medo e angústia entre os profissionais responsáveis pelo acolhimento. Como faço? O que digo? Ofereço ajuda ou irei ofender?

O bom acolhimento não é uma questão de bom senso e de boa educação. Não basta sensibilizar ou chamar a atenção. As equipas que fazem atendimento ao público (bilheteira, vigilância, assistentes de sala, mediação e visitas guiadas, loja, café, restaurante, atendimento telefónico) devem e querem sentir-se preparadas para desempenhar bem as suas funções, com conhecimento e respeito pelas necessidades do público. O mesmo acontece com qualquer outro membro da equipa, considerando que pessoas com deficiência ou incapacidade podem ser colegas ou colaboradores/as.

A formação em atendimento é fundamental na preparação das equipas. Permite conhecer melhor as necessidades de diferentes pessoas (pessoas S/surdas, com mobilidade condicionada, com deficiência visual, com deficiência intelectual e um vasto leque de pessoas que são consideradas neurodiversas ou que têm deficiências invisíveis). Fornece ainda as ferramentas necessárias para as acolher com dignidade e com naturalidade (quer sejam público ou colegas e colaboradores/as), ultrapassando as barreiras provocadas pelo desconhecimento, o medo e o desconforto.

Sugestão de visualização do vídeo

Lo incorrecto: Una nueva mirada hacia la discapacidad

2d. O acesso à programação

Tendo em conta a diversidade das organizações culturais, a programação aqui considerada contempla espetáculos (teatro, dança, música, performance), cinema, exposições e diversas atividades educativas e de mediação (oficinas, palestras, conferências, entre outras).

Antes de considerar as condições de acesso à programação, gostaríamos de destacar dois pontos:

- Para que haja uma verdadeira igualdade no direito à participação cultural, as pessoas com deficiência ou incapacidade devem poder decidir as atividades a que querem assistir, sem verem a sua escolha limitada a dias ou sessões especiais. Em Portugal, e na maioria dos países, esta não é ainda uma realidade. A falta de relacionamento entre as organizações culturais e as pessoas com deficiência faz com que não exista ainda conhecimento da oferta acessível ou que essa oferta, quando existe, seja ainda limitada a dias e horários específicos. Cabe a ambas as partes criarem uma outra dinâmica de oferta e de procura, para podermos estar cada vez mais próximo das condições desejadas de igualdade.
- A programação especialmente dirigida a pessoas com deficiência ou incapacidade – embora muito necessária e também fundamental para o desenvolvimento humano – deve ser a exceção e não a regra. O que se pretende dizer com isto é que a primeira preocupação deve ser considerar todos os aspetos de acessibilidade na programação proposta ao público em geral, para que as pessoas possam usufruir da mesma oferta e frequentar os mesmos espaços.

No entanto, podem existir circunstâncias que justifiquem a criação de atividades exclusivas para alguns públicos. Damos como exemplo o projeto EU no MusEU, do Museu Nacional de Machado de Castro em Coimbra (reproduzido agora pelo Museu Grão Vasco e o Museu da Misericórdia de Viseu). Trata-se de uma iniciativa especialmente dirigida a doentes de Alzheimer e aos seus/suas cuidadores/as, garantindo as condições específicas para que possam usufruir de uma atividade deste género.

Apresentamos, de seguida, os vários serviços e recursos que devem ser considerados para criar condições de acesso à programação:

Artes performativas, espetáculos ao vivo e cinema

- > **Audiodescrição:** O guião é preparado por um/a audiodescritor/a, que deve ter acesso antecipado e atempado ao guião, quando existe, e aos ensaios. No dia do espetáculo, uma hora antes do início, o público com deficiência visual faz o reconhecimento do palco. Assim, pode conhecer os intérpretes e as suas vozes, tocar no cenário e nos figurinos. Durante o espetáculo, o/a audiodescritor/a comunica com o público a partir de uma cabine e através de um auricular, fornecido pela organização cultural. No caso do cinema, a audiodescrição pode ser gravada e as salas devem possuir o equipamento necessário.
- > **Interpretação em Língua Gestual Portuguesa:** Os/As intérpretes devem ter acesso antecipado e atempado ao guião, quando existe, e ao ensaio geral. No dia do espetáculo, deve-se tentar garantir que ficam num lugar central e bem iluminado. Muitas salas colocam os/as intérpretes num canto do palco. Isto obriga as pessoas Surdas a virar a cabeça e, assim, não conseguem acompanhar a ação no palco. Deve-se procurar garantir que espectador/a, intérprete

e palco estejam em linha reta. No caso do cinema, a interpretação em Língua Gestual Portuguesa pode ser gravada e as salas devem possuir o equipamento necessário.

- > **Legendagem:** Sempre que for possível ter legendagem, é útil usá-la (mesmo no caso dos filmes em português). Assim, garante-se o acesso a pessoas surdas (que não falam Língua Gestual Portuguesa), pessoas que não ouvem bem ou pessoas cuja primeira língua não é o português.
- > **Sessões descontraídas:** Sessões preparadas com ajuda de um/a especialista em psicologia/autismo, que garantem uma atmosfera mais descontraída e acolhedora, permitindo o acesso a pessoas com défice de atenção, deficiência intelectual, condições do espectro autista, deficiências sensoriais ou de comunicação, entre outras. Incluem a preparação de uma história visual, documento que se disponibiliza antes da sessão, para que as pessoas e quem as acompanha possam ficar com uma ideia do espaço e da narrativa do espetáculo.
- > **Folhas de sala:** Se existirem, deve-se considerar a sua impressão em Braille e ampliado.

Museus e exposições

- > **Audiodescrição (visita guiada):** O guião é preparado por um/a audiodescritor/a, que deve ter acesso antecipado e atempado a fotografias e informação sobre os objetos. Necessita também de fazer uma visita para conhecer os objetos no espaço em que estão inseridos. A audiodescrição pode ser feita ao vivo, durante uma visita guiada, ou ficar gravada num audioguia.

- > **Interpretação em Língua Gestual Portuguesa (visita guiada):** Os/As intérpretes devem ter acesso antecipado e atempado a informação sobre os objetos. A interpretação em Língua Gestual Portuguesa pode ser feita ao vivo, durante uma visita guiada, ou ficar gravada num videoguia.
- > **Conteúdos audiovisuais (filmes e vídeos):** Devem incluir audiodescrição, interpretação em Língua Gestual Portuguesa e legendagem.
- > **Materiais táteis:** As maquetas, reproduções em relevo ou impressões 3D (às vezes também objetos originais que podem ser tocados) tornam a visita mais completa para as pessoas com deficiência visual.
- > **Impressões em Braille e ampliado:** Os textos apresentados em painéis e legendas devem ter versões em Braille e ampliado. Dada a extensão que estes textos ocupam, nos casos em que não é praticável colocá-los no mesmo tipo de suporte que os restantes painéis e legendas, podem ser distribuídas brochuras.
- > **Guias com pictogramas:** Um suporte alternativo, para apresentar os conteúdos da visita de uma forma acessível a pessoas com deficiência intelectual. Podem ser usados durante as visitas guiadas.
- > **Sessões descontraídas:** Sessões que garantem uma atmosfera mais descontraída e acolhedora, preparadas com ajuda de um/a especialista em psicologia/autismo, permitindo o acesso a pessoas com défice de atenção, deficiência intelectual, condições do espectro autista, deficiências sensoriais ou de comunicação, entre outras.

Oficinas

- > **Inscrição prévia:** No caso de iniciativas que requerem inscrição prévia, a ficha de inscrição deve incluir uma área para as pessoas indicarem se têm alguma necessidade específica.
- > **Audiodescrição e materiais táteis:** O guião é preparado por um/a audiodescritor/a, que deve ter acesso antecipado e atempado aos conteúdos da oficina (inclusivamente, aos conteúdos audiovisuais). Deve ainda ser contemplado o uso de materiais táteis e textos em Braille e ampliado.
- > **Interpretação em Língua Gestual Portuguesa:** Os/As intérpretes devem ter acesso antecipado e atempado aos conteúdos da oficina (inclusivamente, aos conteúdos audiovisuais).
- > **Guias com pictogramas:** Um suporte alternativo, para apresentar conteúdos da oficina de uma forma acessível a pessoas com deficiência intelectual.
- > **Sessões descontraídas:** Sessões que garantem uma atmosfera mais descontraída e acolhedora, preparadas com ajuda de um/a especialista em psicologia/autismo, permitindo o acesso a pessoas com défice de atenção, deficiência intelectual, condições do espectro autista, deficiências sensoriais ou de comunicação, entre outras.

Conferências, palestras e debates

- > **Inscrição prévia:** Em eventos que requerem inscrição prévia, a ficha de inscrição deve incluir uma área para as pessoas indicarem se têm alguma necessidade específica.
- > **Interpretação em Língua Gestual Portuguesa:** Sempre que possível, os/as intérpretes devem ter acesso antecipado e atempado aos conteúdos das comunicações. No dia do evento, não devem ficar numa posição afastada do painel, obrigando as pessoas Surdas a virar a cabeça. Para as pessoas surdas, que não falam língua gestual, ou com baixa audição, deve-se usar um serviço de legendagem discurso-fala (*speech-to-text*), apesar da transcrição não ser muito rigorosa.
- > **Materiais impressos:** Devem ser disponibilizados também em Braille e ampliado.
- > **Sensibilização dos/as comunicadores/as:** Devem receber informação sobre as necessidades das pessoas com deficiência visual ou S/surdas (público e colegas de painel). Não devem falar muito rapidamente, devem seguir as normas de design gráfico acessível nas suas apresentações (tipo e tamanho da fonte, quantidade de texto, contrastes) e devem ainda estar conscientes de que nem todas as pessoas na assistência podem ver as imagens.
- > **Acesso a oradores/as com deficiência:** É comum pensar que as pessoas com deficiência estão apenas do lado do público, mas não do lado de quem faz a apresentação ou participa na conversa. Por essa razão, e apesar deste ponto dizer respeito ao acesso ao espaço físico, lembramos aqui que devem ser garantidas as condições de acesso a oradores/as com deficiência ou incapacidade.

2e. Política de preços e venda de bilhetes

É ainda prática comum oferecer entradas gratuitas às pessoas com deficiência (às vezes extensível a acompanhantes) e é também isto que algumas pessoas com deficiência esperam das organizações culturais. Faz sentido que assim seja, quando não se proporcionam condições de acesso aos conteúdos e à programação, com consideração e respeito pelas necessidades específicas das pessoas. No entanto, o objetivo não é a perpetuação desta situação, mas a criação de condições que permitam um acesso direto, imediato, permanente e o mais autónomo possível.

Quando uma organização cultural oferece serviços de acesso à programação – como os referidos na secção anterior do manual –, a sua política de bilheteira deve considerar:

- Desconto na aquisição de bilhetes, considerando os chamados “custos extra da deficiência”. Por exemplo, é provável que uma pessoa com deficiência não possa usar transportes públicos ou não possa sair sozinha. Devemos ainda tomar em consideração que é mais provável uma pessoa com deficiência estar desempregada, ter baixos rendimentos ou não ter rendimentos de todo. O desconto pode ser extensível à pessoa que a acompanha.
- Entrada gratuita para assistentes pessoais: profissionais que apoiam uma pessoa com deficiência ou incapacidade para que possa realizar diferentes tarefas ou atividades (como a ida a um museu ou espetáculo). Sem o apoio de um/a assistente pessoal, a pessoa com deficiência ou incapacidade não poderia participar ou assistir à atividade ou evento que deseja⁵.

⁵ Na falta ainda em Portugal de um cartão de identificação como o [Access Card](#) (Reino Unido), as organizações culturais podem criar as suas próprias bases de dados, onde uma pessoa com deficiência se possa registar, apresentando o comprovativo necessário. O processo torna-se, assim, mais fácil e cómodo.

No que diz respeito aos lugares para pessoas com deficiência, e entre as várias especificações definidas no Decreto-Lei 163/2006, convém lembrar o seguinte:

- Na secção 3.6.1, é definido o número de lugares que devem ser destinados a pessoas em cadeiras de rodas de acordo com a lotação das salas.
- Na secção 3.6.2, está indicado que esses lugares devem ser distribuídos por vários pontos da sala e proporcionar condições de conforto, segurança, visibilidade e acústica pelo menos equivalentes às dos/as restantes espectadores/as.
- Na secção 3.6.4, é ainda definido que cada lugar especialmente destinado a pessoas em cadeiras de rodas deve estar junto de pelo menos um lugar para acompanhante sem limitações de mobilidade.

No que diz respeito à venda de bilhetes:

- No caso das salas de espetáculos, as pessoas com deficiência devem ter acesso a todos os escalões de preços disponíveis ao restante público. Se os lugares acessíveis se encontram apenas em determinada zona (e se esta for a zona mais cara), recomendamos que seja aplicado o valor do escalão mais baixo.
- A venda de bilhetes com desconto ou dos lugares disponíveis para pessoas com cadeira de rodas deve ser feita através dos mesmos canais e com as mesmas condições em que é feita para o restante público (por exemplo, as pessoas com deficiência não devem ser obrigadas a telefonar para marcar os seus bilhetes).

- A apresentação do comprovativo do grau de deficiência não deve ser uma condição para se ter acesso à compra dos bilhetes destinados a pessoas com deficiência. Recomendamos que o comprovativo seja apenas pedido caso surjam dúvidas aquando da entrada da pessoa no espaço (tal como acontece com pessoas que têm bilhetes com desconto para jovens ou seniores).

A equipa deve ter um bom conhecimento da política de bilheteira, de forma a garantir um procedimento fluido e agradável.

2f. Trabalhar com pessoas com deficiência ou incapacidade

São muito poucas as pessoas com deficiência ou incapacidade que integram as equipas das organizações culturais em Portugal ou que se relacionam com elas, como fornecedoras de serviços ou como artistas. Assim, tudo o que foi dito até agora sobre a relação com o público com deficiência ou incapacidade aplica-se também no caso de colegas e de outras pessoas com que se tenha uma relação profissional.

Os diagnósticos de acessibilidade incidem, normalmente, sobre as áreas públicas dos espaços culturais. Devem, no entanto, incluir os espaços privados de trabalho: escritórios, instalações sanitárias, copas, oficinas, reservas e salas de ensaio, entre outros.

Os meios usados para o desempenho das diversas tarefas dentro de uma organização cultural devem também considerar as necessidades específicas das pessoas com deficiência ou incapacidade (material de informática, canais de comunicação interna, documentos digitais ou em papel, etc.).

3

Do diagnóstico
à mudança
organizacional

3a. Definir missão e objetivos

A garantia das condições de acesso a pessoas com deficiência ou incapacidade – sejam elas público, equipa, artistas ou outras pessoas que colaboram com a organização – deve ser uma responsabilidade e um objetivo assumido por escrito pelas organizações culturais. Deve ainda tornar-se evidente a forma como este compromisso assumido pela organização contribui para o cumprimento da sua missão.

Havendo uma política de acessibilidade clara e assumida, os membros da equipa tornam-se mais conscientes das suas responsabilidades e da importância do seu contributo. Além disso, as relações com outras entidades culturais e artísticas, com artistas, com colaboradores/as e com o público tornam-se mais claras e fluidas.

3b. Designar um membro da equipa como coordenador/a de acessibilidade

É fundamental que haja alguém na equipa responsável por coordenar as questões da acessibilidade. Isto permite que:

- a acessibilidade esteja sempre equacionada em qualquer iniciativa
- haja articulação entre as várias áreas da organização
- haja continuidade neste trabalho, independentemente de haver mudanças em termos de tutela, direção ou composição da equipa.

A existência desta pessoa na equipa facilita também a comunicação com o exterior (outras organizações culturais, associações e público).

A pessoa responsável pela acessibilidade deve ter conhecimentos atualizados e experiência nesta área, porque tem de garantir o cumprimento das leis, o cumprimento da missão e objetivos da organização cultural, e a implementação de serviços existentes e novos. Além disso, deve ser dada formação para que possa continuar atualizada e a desempenhar bem as suas funções.

Em Portugal, são ainda poucas as organizações culturais que atribuem esta função específica a um membro da equipa. A designação do posto é Coordenador/a de Acessibilidade, Responsável pela Acessibilidade (São Luiz Teatro Municipal) ou Acesso e Programas Públicos (Alkantara). Noutros casos, a responsabilidade é assumida por quem trabalha em

comunicação, relações públicas ou no serviço educativo (por exemplo, no Teatro Nacional D. Maria II, a responsável pela acessibilidade é da Direção de Relações Externas e Frente de Casa; no Teatro Nacional São João, é da Coordenação do Centro Educativo).

3c. Criar um grupo consultivo

O grupo consultivo deve ser composto por pessoas com experiência e conhecimentos que podem contribuir para a reflexão interna sobre políticas, ações e serviços. Podem ainda ajudar a testar ideias.

O grupo deve incluir consultores familiarizados com estas matérias, incluindo pessoas com deficiência ou incapacidade.

3d. Realizar um diagnóstico

(ver Anexo 2)

Este diagnóstico identifica os pontos fortes e fracos da acessibilidade. Permite avaliar a acessibilidade do espaço, dos programas e da comunicação, bem como as políticas, procedimentos e práticas. Com base nele, a organização cultural pode elaborar o plano de acessibilidade e definir prioridades.

Este diagnóstico pode ser feito, em parte, pela própria equipa, como um levantamento básico das situações de cumprimento e incumprimento. Há partes, no entanto, que requerem o envolvimento de profissionais com conhecimentos especializados e com experiência (por exemplo, a avaliação da acessibilidade física ao espaço).

3e. Elaborar o plano de acessibilidade

(ver Anexos 2, 3, 4)

Este plano é feito com base no diagnóstico. Deve identificar:

- a missão da organização cultural
- a sua filosofia no que diz respeito à acessibilidade
- as funções da pessoa responsável pela coordenação da área da acessibilidade
- as prioridades a curto, médio e longo prazo
- os objetivos concretos
- as ações concretas para cumprir cada objetivo
- o orçamento para a realização de cada ação
- o cronograma para cada ação
- o plano de comunicação para anunciar os serviços de acessibilidade e as melhorias
- os planos de formação para membros da equipa (fixos, temporários ou em regime de voluntariado).

4

Depoimentos

Irina Francisco

Professora

Embora se tenham alcançado muitas vitórias no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência, a fruição artística continua a ser algo negligenciada, talvez por se considerar uma questão menor ou não prioritária. É fundamental garantir a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino, ao emprego, à habitação, ao voto autónomo e tantos outros aspetos essenciais do nosso quotidiano. O lazer e o acesso às várias formas de arte não são, contudo, menos importantes. Não dar às pessoas com deficiência a possibilidade de assistir a uma peça de teatro, de ver um filme ou de visitar uma exposição, por exemplo, é vedar-lhes o acesso a uma parte muito significativa de uma cidadania ativa.

Para mim, que tenho baixa visão, é especialmente importante poder assistir a espetáculos sem qualquer limitação, quer seja no acesso e liberdade de movimentos no espaço físico, quer seja na total compreensão do que se passa em palco.

Destaco o trabalho pioneiro do Teatro São Luiz – que será provavelmente a instituição mais atenta às necessidades dos cidadãos com deficiência visual que conheço – e o esforço que tem vindo a ser feito pelo Teatro Nacional Dona Maria II – cujo caminho tem sido mais lento mas que revela abertura para continuar a crescer.

Poder, sozinha, sair de casa, apanhar o metro, sair no Chiado ou no Rossio, andar uns passos e entrar no teatro, ser recebida quase como em casa e acompanhada ao meu lugar, assistir a uma peça com audiodescrição dá-me uma indescritível sensação de liberdade e de controlo da minha

própria vida e da minha vontade. A dependência de outra pessoa para deslocar-me dentro do espaço do teatro ou para perceber o que se passa em palco para além das palavras dos atores não é uma verdadeira autonomia, porque fazem por mim aquilo que poderia fazer sozinha, desde que com as condições necessárias.

Assistir a espetáculos no São Luiz ou no Dona Maria (permitam-me que me refira assim, desta forma abreviada e familiar) ao domingo à tarde tornou-se, para mim, um ritual importante e imprescindível, que me traz uma alegria e prazer imensos! É claro que, algumas vezes, opto por não assistir a determinados espetáculos, porque não são do meu interesse. E essa liberdade, a de poder escolher ir ou não assistir a um espetáculo, constitui um dos principais benefícios da audiodescrição. Porque ela – a audiodescrição – não deve ser um bónus que nos é dado, quase por caridade, em determinados espetáculos que alguém decidiu poderem ser de maior interesse para as pessoas com cegueira e baixa visão.

A comunidade das pessoas com deficiência visual é tão vasta e heterogénea como qualquer outra: somos todos diferentes, com gostos e interesses distintos. Escolher por nós quais os espetáculos que poderão ser do nosso interesse é, uma vez mais, limitar-nos a liberdade. Poder escolher não ir assistir a um espetáculo – mesmo que ele tenha audiodescrição e seja totalmente acessível – é o símbolo maior da nossa liberdade, porque não vamos ao teatro pela existência do recurso, mas, simplesmente, porque aquela peça nos interessa. É isso que fazem todas as outras pessoas: vão assistir às peças porque lhes interessa.

Num mundo ideal, ou inclusivo – do qual espero que nos aproximemos –, todos os espetáculos teriam audiodescrição, para que pudéssemos escolher livremente a quais deles quereríamos assistir. Isso significaria, provavelmente,

que, em muitos deles, não houvesse nenhuma pessoa cega ou com baixa visão na plateia, porque, apesar de tudo, somos uma minoria. Mas, se assim fosse, significaria que, naquele momento, teríamos escolhido não ir ao teatro; não nos teria sido imposta uma inacessibilidade ao espaço e ao espetáculo. Isso sim é a liberdade absoluta! Refiro-me apenas ao universo do teatro por ser o que melhor conheço e por ser aquele que, apesar de tudo, vai mostrando alguma capacidade de resposta. Mas este pressuposto é válido para exposições, para filmes, para concertos, para espetáculos de dança...

Recordo, porque me marcaram, a peça "Actores", a opereta "A Filha do Tambor-Mor" e o espetáculo "The Night Watchman", no São Luiz, e as peças "Sopro", "Montanha Russa" e "Frei Luís de Sousa", no Dona Maria, todos eles acessíveis, naturalmente. Assisti a outros espetáculos com audiodescrição nestes dois teatros, mas estes foram os que me marcaram. Não terá sido, portanto, o facto de terem este recurso que fez deles espetáculos especiais – porque a audiodescrição é apenas um recurso que possibilita a acessibilidade, não é, ela mesma, o espetáculo – mas foi, seguramente, por ter tido a oportunidade de compreender em pleno os movimentos, os gestos, os pormenores do cenário, que posso hoje destacar estes exemplos.

Realço, particularmente, a iniciativa levada a cabo pelo São Luiz aquando da celebração do seu 125.º aniversário, em que todas as sessões da referida opereta tiveram o recurso de acessibilidade. E, em vários dias consecutivos. Eu escolhi assistir à sessão de sábado à noite. Naquele dia senti-me verdadeiramente livre, na minha escolha e na fruição artística. Naquela noite, eu era a única pessoa com deficiência visual na assistência e, portanto, a lógica economicista ditaria que não valeria a pena esse esforço financeiro apenas por uma espectadora. Mas essa foi, precisamente, a magia daquela noite de sábado: de entre os vários dias

de exibição, eu escolhi qual deles mais me convinha, fui ao teatro, assisti a uma opereta (que adorei!), saí da sala, dirigi-me ao metro do Chiado e vim para casa. Parece tão banal para a maioria das pessoas, mas, para nós, é a exceção. Ainda é uma exceção!

Já perdi a conta ao número de peças, de espetáculos de ópera, de concertos de música clássica, de filmes a que deixei de assistir por saber, à partida, não terem audiodescrição ou por imaginar as dificuldades em deslocar-me até ao meu lugar. Porque o acesso à arte passa, não apenas pela perceção de cenários, gestos e movimentos, mas também pela facilidade na deslocação, pela abertura e disponibilidade de quem trabalha nos teatros, nos centros culturais, nos cinemas, para guiar e orientar quem não tem a destreza e desenvoltura necessárias para se movimentar de forma autónoma dentro de portas.

Considero que é nosso dever alertar os gestores culturais – e governamentais – para a importância de responder às nossas necessidades, porque somos nós que, melhor do que ninguém, sabemos aquilo que nos faz falta e que temos a obrigação de reivindicar o preenchimento dessas lacunas. Recordo-me com frequência de que, há uns dois ou três anos, escrevi um *email* para a direção artística de um teatro em Lisboa do qual gosto especialmente e a cuja programação artística, não raras vezes, gostaria de assistir, expondo a necessidade de disporem do recurso de audiodescrição e manifestando a minha vontade de assistir a várias das peças em exibição. Recebi uma resposta rápida, simpática e promissora, mas sem quaisquer resultados até ao momento. Já lá entrei algumas vezes para assistir a espetáculos e já tive a oportunidade de ver excelentes peças que, contudo, não vou destacar porque me parece mais pedagógico alertar consciências salientando exemplos de boas práticas. No entanto, confesso sentir alguma tristeza por não ver esses exemplos reproduzidos noutros contextos,

nomeadamente em salas de espetáculos como esta, onde tanto gosto de ir.

O poder transformador da arte, que nos incita a refletir sobre o mundo e sobre nós; que nos traz felicidade, ou inquietação, ou indiferença, ou repulsa, ou conforto, enfim, provoca algo em nós... é algo a que todos devemos ter acesso, independentemente da nossa condição física. Enquanto cidadã ativa, que pago impostos e que desempenho todos os papéis sociais que me competem, tenho, tal como todos os demais, o direito à arte, a escolher assistir aos espetáculos que vão ao encontro dos meus interesses sem constrangimentos. Considero que, nos últimos anos, muito se tem feito e que cada vez mais as instituições culturais evidenciam uma preocupação em chegar a todo o tipo de público. Contudo, há ainda muito por fazer. Compreendo que as limitações financeiras ditam, na maioria das vezes, a inexistência de recursos de acessibilidade para públicos minoritários, mas tenho a convicção de que essa realidade pode e vai mudar em breve!

Paula e Manuel

Mãe e Filho

Consultei a minha agenda para ver a que “eventos” fomos nos últimos tempos... poucos. Tudo começa por um esforço de articulação entre a oferta cultural e um conjunto grande de constrangimentos. As barreiras no caso do Manuel não são barreiras físicas, no entanto, existem e são bastantes.

Aquilo que me parece ter sido mais determinante na construção do vínculo de proximidade que o Manuel mantém com alguns espaços culturais assenta na regularidade e continuidade da relação que se cria com o lugar e as pessoas. Esta relação é pelo menos tão decisiva como a que estabelece com as diversas atividades propostas.

A ligação do Manuel aos espaços que mais frequenta tem acontecido também através das várias vertentes que assume a mediação, nomeadamente, a oferta educativa dirigida às várias faixas etárias, as ações não formais desenvolvidas pelas entidades, as oficinas, as conversas com os artistas, as visitas guiadas (que se acontecessem em maior número permitiriam que pudéssemos estar mais presentes). Importa que a relação seja construída de forma contínua e consistente. Este processo traduz-se em participação.

Reconheço que muitas das atividades e espetáculos em que participamos acontecem ao ar livre, onde todos estão mais descontraídos, as regras não são tão rígidas e as posturas corporais ou atitudes não estão balizadas por comportamentos normativos instituídos, são eventos que permitem estar da forma que cada um consegue estar.

Gostamos de espaços que permitam ser espectador ou visitante sem a imposição do que é expectável de um espectador.

E também preferimos os espetáculos pequenos, pequenos em número de pessoas e em duração. Importa que as sessões sejam curtas ou que possam ser intervaladas porque pode ser necessário fazer pausas.

Escolhemos espetáculos que não privilegiam a comunicação verbal e que não se sustentem num excesso de comunicação visual, verbal e sonora em simultâneo.

Faz falta informação objetiva em linguagem clara e acessível. A frequência de um determinado evento pode necessitar de ser preparada e ter acesso prévio a informação será por isso útil, até porque esses elementos nos permitem "voltar" ao evento posteriormente.

Tenho ideia de vários espetáculos que quisemos ver, mas acabámos por não conseguir. É exigente e muitas vezes frustrante tentar conciliar a agenda pessoal do Manuel e a sua disponibilidade emocional com a oferta cultural fragmentada.

Uma oferta pontual não permite construir proximidade nem sequer assiduidade. Parece-me que momentos específicos ou pontuais no programa de uma organização dedicados a preencher o espaço da oferta inclusiva, quando desconexos e avulsos, não servem o propósito de estabelecer a relação de participação com as pessoas.

É preciso também ir para além da oferta cultural dedicada a públicos especiais em momentos especiais.

Das organizações esperamos uma oferta estruturada, pensada e regular com programação ao longo de todo o ano.

Esperamos também que chamem à participação nos seus programas indivíduos com deficiência e grupos ou companhias que integrem artistas com deficiência.

E ainda que, dentro das organizações, os responsáveis pela programação escutem estas comunidades, o que inevitavelmente terá consequências na concretização dos programas.

Torna-se necessário pensar estes lugares, que são de todos, como verdadeiramente acessíveis a todos. Esses sim são os espaços, os espetáculos, as visitas, onde mais gostamos de estar.

Tony Weaver

Ator, encenador, formador

O meu nome é António Pedro Sebastião Mendes, mas todos os que me conhecem tratam-me por Tony Weaver. Tony porque é o diminutivo de António e Weaver porque é o apelido da minha atriz preferida, Sigourney Weaver. Sou ator, encenador e formador em Arte Dramática. Sou uma pessoa criativa, responsável e com espírito de equipa. Sou Surdo e todos os dias sou obrigado a ser muito criativo para conseguir ultrapassar as barreiras que encontro.

Perguntaram-me qual a minha experiência em espaços culturais como ator, espectador e visitante. Antes de mais, um espaço cultural, independentemente da sua tipologia, é um espaço que deveria ter como principal objetivo o de comunicar, o de se fazer conhecer, o de relacionar-se com a pessoa que o visita. Saber relacionar-se e saber comunicar deveriam ser as prioridades de qualquer espaço que se autodefine de "cultural".

Tenho 40 anos e cresci numa luta continua para ter acesso àqueles espaços que deviam relacionar-se comigo, mas que, na verdade, pouco ou nada me proporcionaram. Estas são as perguntas que ainda hoje não me deixam dormir descansado — experimentem pôr-se no meu lugar:

- Eu sou Surdo: por que razão não posso escolher livremente quando ir ao teatro e a qual peça assistir? Porque tenho de escolher o dia em que está prevista a interpretação para Língua Gestual Portuguesa (LGP) e a maioria dos espetáculos não têm sequer uma sessão com interpretação para LGP.

- Eu sou Surdo: por que razão tenho de esperar que seja organizada uma visita guiada com LGP para visitar um museu? Porque os museus de modo geral não têm guias com conhecimento de LGP e os dispositivos que permitem visitas-guiadas têm um leque de línguas orais, nunca gestuais. Assim, tenho de procurar eu um intérprete que me acompanhe.
- Eu sou Surdo: por que razão não posso assistir a uma conferência sobre uma temática que me interessa? Porque ter interpretação para LGP é um serviço como se de uma língua estrangeira se tratasse, embora tenha sido reconhecida como língua oficial na quarta revisão constitucional, Lei 1/97, de 20 de setembro de 1997, artigo 74, n.º 2, alínea h): "Proteger e valorizar a Língua Gestual Portuguesa enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades."
- Eu sou Surdo: por que razão não posso ter acesso a formações em áreas que me interessam, nomeadamente das artes performativas? Porque as formações académicas ou profissionais em Portugal não estão preparadas para formar pessoas surdas e se eu quiser participar tenho de sustentar o custo de um intérprete do meu bolso.

Como ator, participei em projetos de teatro que juntavam atores Surdos e ouvintes. Tive a sorte de conhecer pessoas que se aperceberam da riqueza da identidade surda e que perceberam que ser Surdo não significa ser incapaz, mas sim ter outras capacidades, ter uma outra forma de "ouvir" o que nos rodeia e de se relacionar com o Outro. Aprendi imenso porque cada projeto diferenciava-se do outro quer

pela tipologia do espetáculo quer pelo público ao qual se destinava. Cada encenador ou coreógrafo tinha a sua forma de trabalhar e de se relacionar comigo. Reparei, por exemplo, que alguns eram mais curiosos do que outros acerca de mim e da diferença entre "ser" surdo e "estar" surdo. De facto, há uma grande diferença. A perspetiva de "estar" surdo é uma perspetiva que se focaliza em algo que falta. A perspetiva de "ser" surdo focaliza-se na identidade surda, na perceção que um Surdo tem do mundo que o rodeia.

A experiência mais recente foi aquela que mais me marcou no sentido que senti que havia uma verdadeira linguagem comum no momento da representação, uma verdadeira integração entre os atores em que o público podia desfrutar da peça teatral de forma completa. Foi mesmo isso que me disseram as pessoas surdas que assistiram à peça "Aldebarã", escrita por Alex Cassal e encenada por Marco Paiva.

De facto, ao longo dos ensaios, Marco Paiva conseguiu colher aspetos de mim e da minha forma de ser, chegando ao ponto de alterar sequências do espetáculo. Lembro que num ensaio convidou alguns dos meus amigos surdos e quis saber a opinião deles e voltou a alterar algumas sequências de forma a ir ao encontro da perspetiva deles após os ter "ouvido".

"Ouvir", pois, e aqui chegamos ao papel do intérprete ao longo de cada projeto e gostava de partilhar esta minha reflexão. Eu próprio, como ator, apercebi-me da diferença em trabalhar num projeto acompanhado sempre pelo mesmo intérprete ou acompanhado por vários. De facto, o elo que se cria entre o intérprete e o ator Surdo é fundamental para o desenrolar do projeto. Quando o elo entre os dois é forte, chega um olhar para se compreenderem, para saber de antemão quais as questões a esclarecer. Talvez isso seria

Diana Niepce

Artista, Espectadora

Refletir sobre a minha experiência com a acessibilidade em espaços culturais portugueses é algo que me deixa no campo do desconforto. Gostava de refletir apenas sobre as boas práticas, mas estas são insuficientes e diluem-se na quantidade absurda das más práticas que a maioria das estruturas ainda reproduz.

Em Portugal ainda discutimos rampas. Em Portugal as estruturas continuam a olhar para mim e a pedir desculpa, para logo depois dizerem “No nosso orçamento está contemplada uma rampa”, ou ainda “Vamos ter uma casa de banho de mobilidade reduzida”. Enquanto público, gostaria de responder que isso não me faz diferença, até porque eu consigo levantar-me da cadeira de rodas e dar uns passos; ou, então, acabo a fazer uma performance às cavalitas pelas escadarias do teatro. Além disso, não preciso de uma casa de banho de mobilidade reduzida porque consigo usar uma casa de banho normal. Só que sou obrigada a responder com um sorriso, a dizer obrigada por pensarem na rampa e adaptarem a casa de banho.

Fazer parte de um público que a sociedade diz ter “necessidades especiais” significa ter de planear de forma integral as minhas saídas e todo este processo que é quase da complexidade de uma performance: Onde é o lugar de estacionamento para mobilidade reduzida? Qual é a entrada mais acessível? Como é a rua? Qual o lugar de mobilidade reduzida na plateia? Posso transferir-me da cadeira de rodas para uma cadeira do teatro? Têm casa de banho acessível? Se o espetáculo for no palco, como faço para aceder?

Além dos problemas práticos, que constituem uma parte importante deste testemunho, é também importante esclarecer que o verdadeiro conceito de acessibilidade deve garantir que a própria programação seja capaz de contemplar um ideal de diversidade sem que este se traduza apenas numa quota. Caso isto não aconteça, corremos o risco de continuar a anular a relevância do trabalho dos artistas com deficiência e a discriminá-los ainda mais enquanto cidadãos. Não podemos continuar a permitir isso.

Pensar as boas práticas em termos de acessibilidade ainda me faz falar de pessoas em vez de refletir sobre estruturas. Na minha experiência, as boas práticas surgem da parte de pessoas que acreditam e lutam pela causa. O facto de estarem à frente de estruturas torna-se secundário. Apesar de isso refletir uma boa prática, é também um problema. O que é que acontece quando estas pessoas saem dos cargos?

Compreendo a dificuldade das entidades em implementarem medidas de acessibilidade física, medidas de acessibilidade intelectual, ou usarem recursos de audiodescrição, Braille, Língua Gestual Portuguesa. Compreendo que as estruturas estão preocupadas com outras coisas e, como me dizia no outro dia um diretor artístico, que "as prioridades vão surgindo e parece que as acessibilidades acabam esquecidas com a urgência do resto". Acredito que pensar e planear faz parte das boas práticas, mas 80% das estruturas não está disponível para o fazer.

Sinto-me perdida no meio de um turbilhão de más experiências e gostava de não ter de falar nelas. Como artista sinto-me muitas vezes discriminada. Há uns tempos, um técnico do teatro de Castelo Branco teve de abrir a porta das traseiras para me fazer subir pelo monta-cargas. O teatro não tinha outra forma de me levar para o palco. O técnico perguntou-me porque é que eu não avisei que

ia. Assumindo que faço parte do elenco da peça, e que enquanto intérprete tenho de estar presente nos ensaios, eu não tenho de avisar. Quem é que se responsabiliza pela contínua discriminação dos artistas com deficiência?

É muito grave continuar a ver teatros municipais e teatros nacionais a ignorar e menosprezar acessibilidades para os artistas com deficiência. No ano passado pedi uma cadeira de plástico para tomar banho, visto que acabava o espetáculo coberta de purpurinas. O espaço decidiu procurar algum teatro que emprestasse a cadeira apropriada. Como há poucos espetáculos com artistas com deficiência, considerou-se que a cedência não seria um problema, mas concluímos que nenhum teatro tem. Pior que isto foi perceber que durante as últimas décadas nenhum artista com deficiência teve a possibilidade de tomar banho num teatro português, porque estes não têm chuveiros adaptados e nunca pensaram nisso.

Gostava de não ser tratada nem como um herói nem como uma inspiração. O meu trabalho sem um assistente significa que tenho de travar toda uma batalha para planear os meus dias. Não ter dinheiro para pagar a um assistente obriga-me a pedir ajuda a desconhecidos para carregar coisas ou para subir rampas com inclinações absurdas ou a atender telefonemas ao mesmo tempo que estou numa casa de banho inacessível. Tenho também de ser eu a pensar quais as formas de comunicar a minha arte, sensibilizando os gabinetes de comunicação e também os jornalistas, que ainda não o sabem fazer. Tenho de inventar formas de apoiar os artistas com mobilidade reduzida que colaboram comigo, ser psicóloga deles, e ter infinitas reuniões, palestras e conferências (não remuneradas) para tentar mudar um sistema ineficiente, que claramente só muda quando eu vou aos locais apresentar o meu trabalho e exijo aquilo que acredito ser justo para a minha equipa.

Mas há um espaço que está muito próximo do meu coração. Novamente falamos de uma pessoa: a Cláudia Matos, programadora da Biblioteca de Marvila, cujo trabalho é uma tentativa constante de tornar aquele espaço mais acessível à sua comunidade e à cidade. A Cláudia acolheu o meu laboratório de dança de um ano quando nenhum outro espaço se mostrou disponível, apesar do projeto ser totalmente subsidiado por outra entidade. Mais do que fazer um acolhimento, a Cláudia mostra-se uma parceira incansável para pensar questões de acessibilidade, lutar por elas e programar nessa direção. Em jeito de conclusão, mesmo achando que este papel deveria ser de todos, darei continuidade a esta forma de ativismo, embora tenha de continuar a dizer obrigada a pessoas e a agradecer por reconhecerem que fazemos parte da sociedade.

Tiago Fortuna

Assessor de imprensa

A música é desde sempre um pilar na minha vida. Com o tempo, desenvolvi um interesse crescente sobre a cultura e compreendi ser nesta área que desejava trabalhar. Terminei em 2015 a licenciatura em Ciências da Comunicação na FCSH – Universidade Nova de Lisboa, começando a trabalhar em assessoria de imprensa, no mesmo ano e até 2020, na LiveCom, agência de comunicação cultural especializada na indústria musical. Antes, colaborei com o Talkfest e integrei a fundação da APORFEST – Associação Portuguesa de Festivais de Música.

A deficiência motora faz parte da minha vida. Quando a nossa mobilidade está condicionada, todas as experiências são, em parte, modeladas pelo acesso em cadeira de rodas, não sendo exceção para todas as experiências no âmbito cultural enquanto profissional e espectador.

Ao longo dos últimos anos trabalhei numa estrutura empresarial – e num setor – com um elevado sentido de liberdade, autonomia e responsabilidade – fatores que diminuem barreiras imediatas ao desempenho profissional. A par disso, sempre fui tratado com dignidade, igualdade e estimulado a desenvolver o meu potencial e novas competências. É um cenário positivo, perante o qual é necessário ter consciência que a sua viabilidade foi fruto do estabelecimento e respeito de princípios por parte da entidade empregadora. A equipa nuclear com quem trabalhei mostrou-se disponível não só para lidar como para confrontar os obstáculos apresentados no quotidiano, tornando fluida a divisão e otimização de tarefas.

O cenário descrito contrasta com as infraestruturas do setor, fisicamente pouco acessíveis, e a necessidade de mobilidade e ajuste a circunstâncias inesperadas exigidas pelo trabalho na indústria musical. Muitas vezes não estão reunidas as condições para o desempenho equitativo de funções, sendo os obstáculos mais comuns os seguintes: entrada de serviço/artistas; acesso à bilheteira e balcão da mesma; acesso ao espaço designado para a equipa de produção; WC acessível na zona de produção; possibilidade de circulação com um mínimo de obstáculos em área de trabalho para artistas/produção e entre o público.

Nenhuma sala de espetáculos em que tive experiências em Lisboa reúne todas as condições para trabalhar autonomamente em noite de espetáculo. Existe uma desigualdade significativa a nível de infraestruturas e organização do espaço físico, que carece de reflexão e implementação de medidas. É importante notar que todos os elementos com quem trabalhei diretamente foram irrepreensíveis na sua disponibilidade e apoio (dentro dos limites permitidos pelas suas funções). Ainda assim, esta sua predisposição pode ser considerada ingloria quando é necessária uma resposta sistémica e de equipamentos. É necessário transformar a ação pessoal ou individual, considerando-se aqui uma microempresa, em ação coletiva e transversal capaz de dar maior autonomia ao trabalhador com deficiência no desempenho das suas funções.

Enquanto espectador e visitante, ao longo dos últimos 12 anos, foi-me possível notar vários progressos no acolhimento do público, numa ação de todos os setores culturais, em que o teatro e os museus lideram com experiências inclusivas mais abrangentes. Também a música, cinema ou exposições privadas têm vindo a assegurar condições de acesso. Hoje temos mais estacionamento, acesso prioritário em grandes aglomerados, zonas designadas e seguras com casas de banho próximas, políticas

de bilheteira e ainda uma crescente programação acessível.

São condições básicas, na maior parte das vezes implementadas, mas que continuam a apresentar falhas com regularidade. Partindo para o exemplo concreto da música ao vivo na minha experiência, durante estes anos, marquei presença em dezenas de eventos e foram demasiados aqueles a que cheguei para constatar a impossibilidade de usufruir de uma experiência similar ao público sem deficiência. Uma desilusão partilhada com outras pessoas que revelaram o mesmo interesse, marcaram presença, mas a experiência acabou por lhes ser vedada pela falta de condições.

Enumero abaixo um conjunto de situações vividas e que são urgentes resolver para garantir o acesso de todos os espectadores:

- forças de segurança, equipas de produção e acolhimento do público com falta informação e formação adequadas
- rampas inseridas num evento que não cumprem os requisitos legais
- falta de informação sobre eventuais avarias de elevadores ou plataformas elevatórias
- balcões altos em bilheteiras, zonas de alimentação e multibanco que impossibilitam o uso sem o apoio de outra pessoa
- políticas de preços que não contemplam o cuidador/assistente pessoal
- zonas de mobilidade condicionada demasiado distantes dos palcos que ficam por vezes sobrelotadas, sem cumprir requisitos legais de lotação e garantir a permanência do acompanhante ao lado da pessoa com mobilidade condicionada
- acesso rápido e fácil a casas de banho

- falta de informação clara e uniforme reunida nos canais habituais de comunicação, sobre programação, condições de bilheteira, lugares e condições de acesso físico.

É uma lista de pontos que, acredito, implementada, ou apenas otimizada, irá redefinir a experiência de pessoas com deficiência, torná-la mais igualitária. É também uma lista que não esquece os esforços implementados nos últimos 15 anos, que já mudaram o rosto do acesso, ou, na verdade, lhe deram um. Antes de garantir as condições que hoje temos, a verdade é que a maior parte das pessoas com deficiência não tinha acesso à cultura. Recordo-me vivamente, ainda em criança, de um evento musical internacional que decorreu em Lisboa. Pedi aos meus pais para ir mas quando foram comprar bilhetes informaram-nos que não existia zona de mobilidade condicionada, apenas plateia em pé. Perante esse cenário, perceberam que não seria seguro levar-me. Isto já não acontece e é fundamental reconhecer que o paradigma mudou. Foi dado rosto ao acesso cultural em Portugal.

Agora, é tempo de ouvir mais e melhor o público que investe na oferta do setor cultural. Está ao nosso alcance otimizar os pontos descritos acima e criar novas medidas. Precisamos, paralelamente, de um setor laboral que permita a integração de pessoas com deficiência, que se encontram não só motivadas como capacitadas a desempenhar funções nele e contribuir para o seu desenvolvimento – falta-lhes a resposta sistémica e de equipamentos. Lembremo-nos que a arte e a cultura são espaços de liberdade, associados a um forte sentido de justiça. Continuemos por isso, em conjunto, a trabalhar por uma cultura e sociedade com mais igualdade.

Anexos

Anexo 1

Glossário

Anel magnético

Sistema instalado em salas de espetáculos ou conferências para melhorar as condições de acesso para pessoas que usam aparelho auditivo, eliminando fatores como a distância à fonte sonora e o barulho de fundo.

Audiodescrição (AD)

Uma faixa narrativa adicional para pessoas com deficiência visual, usada em televisão, cinema, teatro, dança, ópera e nas artes visuais. O serviço é prestado por um/a profissional que apresenta oralmente, durante as pausas naturais do áudio ou dos diálogos, o que está a acontecer e não é perceptível através da audição. Pode ser gravada (por exemplo, no cinema ou em audioguias) ou feita em tempo real (por exemplo, numa visita guiada ou num espetáculo ao vivo).

Baixa visão

Uma perda parcial da visão, cujos efeitos podem ser atenuados, em muitos casos, usando aparelhos e dispositivos de reforço da visão.

Barreiras atitudinais

Barreiras criadas por atitudes conscientes ou inconscientes que dificultam ou impedem o acesso de pessoas com deficiência a diferentes locais. Revelam uma visão redutora e promovem a exclusão, uma vez que consideram que as pessoas com deficiência são incapazes e necessitam de ser tuteladas.

Cegueira

Perda total ou quase total da visão.

Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA)

Um conjunto de ferramentas e estratégias usadas para resolver os desafios de comunicação do cotidiano. A comunicação aumentativa promove e apoia a fala. Beneficia as pessoas que apresentam um nível de compreensão superior à sua reduzida capacidade de expressão ou que não se fazem entender (por exemplo, pessoas com paralisia cerebral). A comunicação alternativa contempla qualquer forma de comunicação que não seja a fala (por exemplo, os guias com pictogramas). Beneficia as pessoas que necessitam de uma linguagem alternativa como meio de comunicação (por exemplo, pessoas com autismo ou deficiência intelectual profunda).

Deficiência

Uma incapacidade duradoura – física, mental, intelectual ou sensorial – que, em interação com várias barreiras, pode impedir a plena e efetiva participação de uma pessoa na sociedade em condições de igualdade com as outras.

Deficiência auditiva

Redução da capacidade auditiva de uma pessoa, cujas causas mais frequentes são os ruídos e o envelhecimento. É, normalmente, tratada com o uso de aparelhos auditivos (nota: as pessoas Surdas não consideram que têm uma deficiência auditiva, afirmam-se como uma minoria linguística, porque falam Língua Gestual Portuguesa).

Deficiência intelectual ou cognitiva

Situação em que uma pessoa apresenta certas limitações no seu funcionamento cognitivo e no desempenho de tarefas, como as de comunicação, de cuidado pessoal e de relacionamento social. É caracterizada por um funcionamento cognitivo que não corresponde à média esperada, ou seja, que está abaixo do que é considerado normal.

Deficiência visual

Perda ou diminuição grave e irreversível da visão, que não é corrigível com lentes ou cirurgia e que interfere com as tarefas do dia a dia. Inclui condições como a cegueira ou a baixa visão.

Deficiências invisíveis

Termo usado para descrever condições que nem sempre são óbvias, como dor debilitante, fadiga, tontura, disfunções cognitivas, lesões cerebrais e distúrbios da saúde mental. Estas condições podem limitar – de forma temporária ou permanente, e com diferentes graus de intensidade – as atividades diárias de uma pessoa.

Design universal

O design de produtos, serviços e ambientes que possam ser usados pelo maior número de pessoas possível – independentemente de idade, capacidade ou situação. Garante o uso equitativo, flexível, simples e intuitivo; apresenta tolerância ao erro; reduz o gasto energético, ou seja, a força que uma pessoa terá que usar para manipular determinado objeto ou equipamento.

Discurso-texto (*speech-to-text*)

Um *software* que transforma o discurso oral em texto, em tempo real. Tem uma precisão de cerca de 80%. Permite fazer legendagem de atividades que não têm um guião pré-definido, como conversas ou palestras.

Diversidade funcional

Termo alternativo ao de deficiência, proposto no Fórum de Vida Independente em 2005. Tem começado a ser utilizado por iniciativa das pessoas com deficiência para evitar associações pejorativas.

Escrita em Braille

Informação escrita no sistema com pontos em relevo (Braille), que as pessoas com deficiência visual usam para ler pelo tato e para escrever.

Gesto Internacional

Uma linguagem auxiliar internacional, muitas vezes usada pela comunidade Surda em contextos internacionais. Não é considerada uma língua, já que não possui uma gramática. Utilizam-se os sinais com a gramática de qualquer uma das línguas gestuais existentes.

Guias podotáteis

São faixas em alto-relevo fixadas no chão, também conhecidas por “piso tátil”. Orientam as pessoas com deficiência visual enquanto caminham, tornando-as mais autónomas.

Guiões com símbolos pictográficos

Uma forma para pessoas com deficiência intelectual, com dificuldades na expressão oral ou sem expressão oral poderem aceder a conteúdos e comunicar com outras pessoas. Trata-se de um dos métodos de Comunicação Aumentativa e Alternativa.

História visual

É um documento criado como complemento para as sessões descontraídas. Apresenta, com fotografias e textos curtos, o espaço e a narrativa de um espetáculo, filme ou visita. Fica disponível *online* antes do evento e pode haver cópias impressas no local.

Impressão 3D

Uma tecnologia para a criação de objetos tridimensionais através de sucessivas camadas de material – também conhecida como prototipagem rápida. Tem algumas vantagens, por não necessitar do uso de moldes e permitir produzir formas que não são viáveis através de outros métodos de produção (por exemplo, é mais rápida e mais barata para fabricação de pequenas tiragens).

Incapacidade

Termo que se refere aos diferentes níveis de disfuncionalidade: deficiências, limitações na atividade e restrições de participação. Segundo a Organização Mundial de Saúde, a incapacidade consiste na restrição ou falta de capacidade para realizar uma atividade dentro dos limites considerados normais para um ser humano. As incapacidades podem ser temporárias ou permanentes, reversíveis ou irreversíveis, progressivas ou regressivas, e são sempre resultantes de uma deficiência.

Legendagem para surdos/as

Consiste em legendas concebidas para permitir às pessoas surdas e com deficiência auditiva o acesso a conteúdos audiovisuais. Podem conter descrições de áudio importantes para a compreensão desses conteúdos, como batidas na porta, passos, música, etc. Este recurso torna-se útil para possibilitar o entendimento do áudio em locais com muito barulho ou onde se pretende evitar o excesso de som (por exemplo, salas de museus). Pode estar permanentemente visível (*open caption*) ou ser ativado por quem quiser ver (*closed caption*).

Em atividades ao vivo que não tenham um guião pré-definido, como conferências ou conversas, pode ser usado um *software* de discurso-texto (*speech-to-text*) para converter para legendas, em tempo real, o que está a ser dito.

Leitura labial

Técnica adotada para complementar a comunicação das pessoas S/surdas através da leitura dos lábios. A leitura labial funciona como agente facilitador, no entanto, estudos demonstram que, mesmo pessoas mais experientes, conseguem captar apenas cerca de 50% do que é dito.

Língua Gestual Portuguesa (LGP)

Língua materna de grande parte da comunidade surda em Portugal e uma das línguas oficiais do país. As línguas gestuais são línguas que surgem e se desenvolvem naturalmente, como as línguas orais. Esta língua é produzida por movimentos das mãos, do corpo e por expressões faciais e a sua receção é visual. Tem um vocabulário e gramática próprios. Uma pessoa Surda (com S maiúsculo) é uma pessoa que fala LGP.

Materiais táteis

Maquetas, materiais em relevo e impressões 3D que podem ser tocados por pessoas com deficiência visual.

Neurodiversidade

Um conceito que afirma que o desenvolvimento neurológico considerado atípico (neurodivergente) – tendo em conta os padrões atuais e convencionais de normalidade – é um acontecimento biológico esperado. Assim a diversidade neurológica humana, em vez de estigmatizada, poderia ser vista como constitutiva da espécie e levada em conta na organização social.

Normovisual

Uma pessoa que não tem uma deficiência visual.

Pessoas S/surdas

São pessoas que não ouvem. Escreve-se "pessoas Surdas" (com S maiúsculo) para referir as que falam língua gestual (não consideram que têm uma deficiência, consideram que fazem parte de uma minoria linguística). E escreve-se "pessoas surdas" (com s minúsculo) para referir as que não falam língua gestual.

Pessoas S/surdas oralizadas

Pessoas S/surdas que usam uma língua oral para comunicar.

Pictograma

Um símbolo que representa um objeto ou conceito através de desenhos/imagens. Uma combinação de pictogramas pode ser usada para comunicar ideias e informações.

Representação em relevo

Representação bidimensional, em alto relevo, simples e esquemática de objetos como pinturas ou fotografias. É um complemento essencial, no entanto, coloca sempre desafios, como o da representação da perspectiva ou de diversos planos que definem vários níveis de proximidade e profundidade. Por essa razão, é sempre melhor aproveitada se for acompanhada de audiodescrição. Pode-se ainda recorrer a várias texturas para representar diferentes cores, materiais ou formas.

Sessões descontraídas

Sessões de teatro, dança, cinema ou outro tipo de oferta cultural (por exemplo, uma exposição) que decorrem numa atmosfera mais descontraída e acolhedora, e com regras mais tolerantes no que diz respeito ao movimento e ao barulho na sala. Podem ainda implicar pequenos ajustes num espetáculo (iluminação, som, etc.) e no acolhimento do público, para melhor se adaptarem às suas necessidades. Destinam-se a todas as pessoas e famílias que preferem ou beneficiam de um ambiente mais descontraído num espaço cultural (por exemplo, pessoas com défice de atenção, pessoas com deficiência intelectual, pessoas com condições do espectro autista, pessoas com deficiências sensoriais ou de comunicação). São complementadas por uma história visual.

Anexo 2

Diagnóstico – *Checklist*⁶

⁶ Baseado no formulário de diagnóstico do Kennedy Center for the Performing Arts/VSA.

Nome da organização:

Data do diagnóstico:

Conduzido por:

a. Gestão

1. Existe uma política de acessibilidade aprovada?

Sim / Não

Onde se encontra?

Notas:

2. Existe na equipa uma pessoa responsável pelas questões de acessibilidade?

Sim / Não

Nome:

Designação:

Notas:

3. Existe um grupo consultivo para as questões de acessibilidade que integre pessoas com deficiência ou incapacidade?

Sim / Não

Notas:

4. Existe um plano de formação nas várias áreas relacionadas com a acessibilidade?

Sim / Não

- Gestão cultural
- Comunicação: design gráfico
- Comunicação: linguagem clara
- Comunicação alternativa e aumentativa
- Comunicação: websites e documentos digitais acessíveis
- Atendimento
- Planos de emergência e evacuação

Notas:

5. A equipa, os concessionários (café, loja, etc.) e os/as voluntários/as têm formação sobre a política da organização, procedimentos e serviços prestados a pessoas com deficiência ou incapacidade?

Sim / Não

Notas:

6. Existe formação em acessibilidade para artistas que trabalham com a organização?

Sim / Não

Notas:

7. Os contratos e acordos com outras entidades, produtoras e artistas que usam ou alugam o espaço da organização abordam as questões de acessibilidade (cumprimento da lei, respeito pela política de acessibilidade da organização)?

Sim / Não

Notas:

Pedir apoio jurídico para que contratos e acordos garantam que as partes entendem as suas responsabilidades específicas no que diz respeito ao cumprimento da política de acessibilidade.

b. Acesso ao espaço

Todos os espaços, incluindo os culturais, têm de cumprir o Decreto-Lei 163/2006, que fornece informação detalhada em relação à criação de condições de acessibilidade e percursos acessíveis. Pode-se consultar ainda o guia Acessibilidade e mobilidade para todos: apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de Agosto.

Recomendamos a realização de um diagnóstico feito por especialistas, para identificar falhas e incumprimentos, e definir os percursos acessíveis. Este diagnóstico deve contemplar:

1. Via pública: acesso ao equipamento

- Transportes públicos e privados, paragens temporárias, lugares de estacionamento
- Passeios e passadeiras
- Escadas e rampas; corrimãos
- Revestimento de pisos

2. Interior: percurso acessível e acesso aos conteúdos

- Portas
- Átrios e foyers
- Balcões de atendimento (bilheteira, loja/livraria, cafetaria/restaurante, bengaleiro)

- equipamentos de auto-atendimento (bilheteiras, pagamento de estacionamento, distribuidores de comida)
- corredores, salas e galerias
- escadas e rampas; corrimãos
- ascensores e plataformas elevatórias; comandos e controlos
- cadeiras de rodas disponíveis ao público
- assentos
- instalações sanitárias, balneários, vestiários
- pisos; percursos táteis
- salas de espetáculos
- salas expositivas; vitrines expositivas; tabelas e painéis
- auditórios
- escritórios e oficinas
- salas de ensaio e camarins
- copa
- sinalética
- anel magnético (especialmente em salas de espetáculos e conferências, bilheteira)
- equipamento de audiodescrição (cinemas/teatros)
- equipamento para interpretação em Língua Gestual Portuguesa (cinemas/teatros)
- audioguias/videoguias
- alarmes visuais e sonoros
- plano de emergência e evacuação

Consultar ainda a *checklist* incluída no manual Museus e Acessibilidade

c. Acesso à informação

1. Existe informação detalhada, em papel e *online*, sobre as condições de acesso e os serviços disponíveis para pessoas com deficiência ou incapacidade?

Sim / Não

- Contactos da pessoa responsável pela acessibilidade
- Estacionamento e transportes
- Percurso acessível e outras condições de acesso físico
- Atendimento
- Apoio no local
- Cadeiras de rodas disponíveis
- Anel magnético
- Materiais em Braille e ampliado
- Materiais táteis
- Guias com pictogramas
- Interpretação em Língua Gestual Portuguesa
- Legendagem
- Audiodescrição
- Sessões descontraídas
- Descontos aplicáveis

Notas:

2. O website cumpre as normas de acessibilidade web?

Sim / Não

Notas:

3. Na comunicação escrita, aplicam-se as regras da linguagem clara?

Sim / Não

Notas:

4. Os materiais de divulgação seguem as normas de acessibilidade em termos de design gráfico (por exemplo, tipo e tamanho da fonte, contrastes, espaçamento, densidade, alinhamento)?

Sim / Não

Notas:

5. São usados os pictogramas de acessibilidade para assinalar os serviços disponíveis?

Sim / Não

Notas:

d. Plano de comunicação e atendimento

1. O plano de comunicação inclui ações específicas para chegar ao público com deficiência?

Sim / Não

Notas:

2. É feita divulgação em Língua Gestual Portuguesa?

Sim / Não

Notas:

3. As associações que representam pessoas com deficiência fazem parte da *mailing list*?

Sim / Não

Notas:

4. Os comunicados de imprensa incluem uma nota sobre a acessibilidade física do espaço e a programação acessível?

Sim / Não

Notas:

5. Há sinalética ou informação próximo da entrada principal ou no átrio/*foyer* a indicar serviços de acessibilidade?

Sim / Não

Notas:

6. Existe informação detalhada sobre acessibilidade no *website*? É fácil de encontrar?

Sim / Não

Notas:

7. Oferece-se transporte alternativo e acessível a pessoas que não podem deslocar-se sozinhas?

Sim / Não

Notas:

8. Existe uma política em relação à entrada de acompanhantes e assistentes pessoais?

Sim / Não

Notas:

9. Existe uma política em relação a pessoas com deficiência que usem equipamento médico que possa fazer barulho (por exemplo, oxigênio)?

Sim / Não

Notas:

10. Existe uma política em relação a pessoas com deficiência que possam fazer barulhos involuntários (por exemplo, Síndrome de Tourette)?

Sim / Não

Notas:

11. Existe um procedimento para a resolução de reclamações no momento?

Sim / Não

Notas:

12. A equipa, os concessionários (café, loja, etc.) e os/as voluntários/as têm formação em atendimento a pessoas com deficiência ou incapacidade?

Sim / Não

Notas:

13. Há pessoas na equipa de atendimento que falem Língua Gestual Portuguesa?

Sim / Não

Notas:

14. Existem métodos alternativos de comunicação para pessoas com deficiência intelectual, doença mental e pessoas em geral que enfrentam desafios do ponto de vista cognitivo?

Sim / Não

Notas:

e. Política de preços e venda de bilhetes

1. Existe uma política de preços no que diz respeito às pessoas com deficiência?

Sim / Não

Notas:

2. A política de preços contempla os/as acompanhantes das pessoas com deficiências e os/as assistentes pessoais?

Sim / Não

Notas:

Considerar a criação de uma base de dados, onde uma pessoa com deficiência se possa registar, de forma a facilitar o processo de obtenção de uma entrada gratuita para o/a seu/sua assistente pessoal.

3. Existem lugares para pessoas com deficiência para todos os escalões de preços disponíveis?

Sim / Não

Se não, como se garante que as pessoas com deficiência não serão obrigadas a pagar os lugares mais caros?

Notas:

4. São garantidos lugares para acompanhantes ao lado dos lugares reservados para pessoas com deficiência?

Sim / Não

Notas:

5. Os bilhetes estão à venda através de todos os canais disponíveis ao público em geral (telefone, *email*, *website*, plataformas de bilhética)?

Sim / Não

Notas:

6. A equipa da bilheteira tem formação no sentido de melhor atender às necessidades das pessoas com deficiência?

Sim / Não

Notas:

f. Artes performativas, espetáculos ao vivo e cinema

1. Há sessões com interpretação em Língua Gestual Portuguesa (LGP)?

Sim / Não

É necessária marcação prévia?
Há um contacto específico?

Notas:

2. Está definida a localização do/a intérprete de LGP e dos lugares das pessoas Surdas de forma a que possam ver o/a intérprete e o espetáculo ao mesmo tempo, sem ter de virar a cabeça?

Sim / Não

Notas:

3. Está definido um lugar apropriado para uma pessoa que use cadeira de rodas e que precise também de ver a interpretação em LGP?

Sim / Não

Notas:

4. Há sessões com legendagem?

Sim / Não

Notas:

5. Está definida a localização para a apresentação das legendas e os lugares das pessoas S/surdas ou com baixa audição, de forma a que possam ver as legendas e o espetáculo ao mesmo tempo, sem ter de virar a cabeça?

Sim / Não

Notas:

6. Está definido um lugar apropriado para uma pessoa que use cadeira de rodas e que precise também de ver a legendagem?

Sim / Não

Notas:

7. Há sessões com audiodescrição?

Sim / Não

Notas:

8. As sessões com audiodescrição incluem o reconhecimento do palco antes do espetáculo?

Sim / Não

Notas:

9. Há folha de sala em Braille e ampliado?

Sim / Não

Notas:

10. Há sessões descontraídas?

Sim / Não

Notas:

11. Disponibiliza-se histórias visuais antes das sessões descontraídas?

Sim / Não

Notas:

12. Disponibiliza-se um guia com pictogramas?

Sim / Não

Notas:

13. As equipas da bilheteira e de assistência de sala têm formação em atendimento a pessoas com necessidades específicas (incluindo pessoas que vêm acompanhadas de cão-guia)?

Sim / Não

Notas:

g. Museus e exposições

1. Existem conteúdos com interpretação em Língua Gestual Portuguesa (LGP)?

- Ao vivo (visitas guiadas)
- É necessária marcação prévia?
 - Há um contacto específico?

Em videoguias

Nos vídeos que integram a exposição

Notas:

2. Os vídeos que integram a exposição são legendados?

Sim / Não

Notas:

3. Os ecrãs táteis (*touch screen*) incluem informação sonora?

Sim / Não

Notas:

4. A visita inclui audiodescrição?

Sim / Não

Ao vivo (visitas guiadas)

- É necessária marcação prévia?
- Há um contacto específico?

Em audioguias

Notas:

5. A visita inclui materiais tácteis (réplicas de objetos, maquetas, objetos que possam ser tocados)?

Sim / Não

Notas:

6. A equipa de mediação cultural tem formação em atendimento a pessoas com deficiência visual (incluindo pessoas que vêm acompanhadas de cão-guia)?

Sim / Não

Notas:

7. A equipa de mediação cultural integra pessoas que falem LGP?

Sim / Não

Notas:

8. Oferecem sessões descontraídas?

Sim / Não

Notas:

9. Os textos em painéis e legendas são disponibilizados em Braille e ampliado?

Sim / Não

Notas:

10. Existem guiões com pictogramas?

Sim / Não

Notas:

h. Oficinas

1. No caso de ser necessária inscrição prévia (por escrito ou por telefone), pergunta-se se as pessoas têm alguma necessidade específica?

Sim / Não

Notas:

2. Os elementos visuais da atividade são audiodescritos?

Sim / Não

Notas:

3. A oficina inclui materiais tácteis (réplicas de objetos, maquetas, objetos que possam ser tocados)?

Sim / Não

Notas:

4. Os textos são disponibilizados em Braille ou ampliado?

Sim / Não

Notas:

5. Há interpretação em Língua Gestual Portuguesa?

Sim / Não

Notas:

6. Há guias com pictogramas?

Sim / Não

Notas:

7. Oferecem sessões descontraídas?

Sim / Não

Notas:

i. Conferências, palestras, debates

1. No caso de ser necessária inscrição prévia (por escrito ou por telefone), pergunta-se se as pessoas têm alguma necessidade específica?

Sim / Não

Notas:

2. Há interpretação em Língua Gestual Portuguesa?

Sim / Não

Notas:

3. Existe *software* de legendagem discurso-texto (*speech-to-text*)?

Sim / Não

Notas:

4. Os materiais impressos são disponibilizados em Braille e ampliado?

Sim / Não

Notas:

5. Os/as oradores/as são sensibilizados/as em relação às necessidades das pessoas com deficiência visual ou S/surdas (público e colegas de painel)?

Sim / Não

Notas:

6. Se houver palco, são garantidas as condições de acesso a um/a orador/a com deficiência?

Sim / Não

Notas:

--	--	--	--	--

Anexo 3

Declaração da política de acessibilidade⁷

⁷ Baseado no formulário de diagnóstico do Kennedy Center for the Performing Arts/VSA.

Apresentam-se aqui algumas sugestões. Cada organização cultural poderá adotar aquela que melhor reflete a sua filosofia e posicionamento ou chegar a uma formulação que combine mais que uma destas opções:

- [nome da organização] é acessível a pessoas com deficiência.
- [nome da organização] assume o compromisso de tornar o seu espaço, programas e serviços acessíveis a pessoas com deficiência.
- [nome da organização] não discrimina em função da deficiência de uma pessoa no acesso ao seu espaço, programas e serviços.
- [nome da organização] é acessível a pessoas com deficiência. Faremos todos os esforços para vos acolher bem. Para qualquer questão, por favor contacte [coordenação de acessibilidade – nome e função] através de [telefone e *email*].

Utilize esta *checklist* para definir a filosofia de acesso da sua organização em relação às pessoas com deficiência ou incapacidade. Assinale os pontos com os quais concorda ou que tenciona incorporar na ética e na forma de trabalhar da sua organização.

- O acesso é uma questão de direitos civis, um imperativo moral. O acesso à oferta cultural é um requisito legal.
- O acesso é uma questão de diversidade. Visa promover a diversidade e a inclusão, garantindo um acesso mais amplo à participação cultural para todas as pessoas, independentemente das suas capacidades. A deficiência é algo que atravessa barreiras económicas, étnicas e culturais.
- O para todos não existe. Existe o mais acessível.
- O melhor do que nada não existe. Existe o melhor possível.
- O design universal e acessível, levado em consideração do início ao fim, reduz as barreiras físicas e atitudinais e reforça a inclusão das pessoas com deficiência, criando ambientes e programas acessíveis.
- O acesso beneficia a população em geral. Uma adaptação às necessidades de uma pessoa talvez se torne conveniente e útil para muitas outras. Muitas pessoas experienciam deficiências temporárias e a maioria passa pelo processo natural do envelhecimento.

- ❑ O acesso deve estar integrado a todas as áreas e atividades da sua organização, desde as operações diárias até as metas e os objetivos a longo prazo. Na verdade, qualquer membro de uma organização é responsável pelo acesso.
- ❑ As adaptações e os serviços de acesso são uma prioridade e estão contemplados na orçamentação.
- ❑ O acesso traz benefícios económicos. As pessoas com deficiência e as pessoas idosas constituem uma parte significativa da população do país e são, potencialmente, um vasto mercado para as artes. O acesso está relacionado com o desenvolvimento de públicos no sentido mais amplo: oferece oportunidades para as pessoas se envolverem, o mais possível e por mais tempo.
- ❑ As organizações culturais devem dar o exemplo, não apenas cumprindo minimamente, mas procurando superar os requisitos legais.
- ❑ O acesso é um trabalho dinâmico em constante desenvolvimento, à medida que são pensadas novas iniciativas e são introduzidas novas tecnologias.

Anexo 4

Descrição de funções do/a coordenador/a de acessibilidade⁸

⁸ Baseado no formulário de diagnóstico do Kennedy Center for the Performing Arts/VSA.

Os exemplos dados a seguir são apenas ilustrativos. Quem desempenha esta função específica pode não realizar todas as tarefas aqui listadas. Ao mesmo tempo, podem faltar outras tarefas.

1. Ter conhecimentos atualizados sobre a legislação em vigor e as boas práticas promovidas por outras organizações culturais.
2. Criar e coordenar um grupo consultivo.
3. Trabalhar juntamente com a gestão para a criação de um plano de acessibilidade e assegurar a sua implementação.
4. Realizar consultas para a aquisição de equipamentos, materiais e produtos que possam garantir boas condições de acesso para as pessoas com deficiência ou incapacidade.
5. Elaborar o orçamento para a acessibilidade.
6. Desenvolver e manter boas relações de trabalho com pessoas e artistas com deficiência, assim como com as organizações que representam as pessoas com deficiência.
7. Elaborar o plano anual de formação para a equipa, os/as voluntários/as e o conselho de administração.
8. Fornecer informação técnica e aconselhamento a membros da equipa, a colegas e à gestão.
9. Recomendar soluções no caso de queixas e reclamações.

10. Supervisionar os planos para eventos especiais, para garantir que são acessíveis.

Requisitos específicos

1. Conhecimento adequado da legislação relevante.
2. Conhecimentos e experiência para avaliar o acesso do público ao edifício, aos serviços e aos programas.
3. Conhecimento dos princípios e técnicas de formação.
4. Boa capacidade de comunicação para se articular com as outras áreas da organização e para se relacionar com as pessoas com deficiência.

Referências e bibliografia

Legislação

- Constituição da República Portuguesa
- Declaração Universal dos Direitos Humanos
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- Decreto-Lei 163/2006, de 8 de agosto
Aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, revogando o Decreto-Lei 123/97, de 22 de Maio.
- Lei 46/2006, de 28 de agosto
Proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde.
- Decreto-Lei 129/2017, de 9 de outubro
Institui o programa Modelo de Apoio à Vida Independente.
- Decreto-Lei 83/2018, de 19 de outubro
Define os requisitos de acessibilidade dos sítios *web* e das aplicações móveis de organismos públicos, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2102.
- Instrução Normativa n.º 128, de 13 de setembro de 2016 (Brasil)
Define as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade visual e auditiva a serem observados nos segmentos de distribuição e exibição cinematográfica.

Organizações portuguesas

- Secretaria de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência
- Instituto Nacional para a Reabilitação
O Instituto Nacional para a Reabilitação tem por missão assegurar o planeamento, execução e coordenação das políticas nacionais destinadas a promover os direitos das pessoas com deficiência. É um instituto público que prossegue atribuições do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.
- Observatório da Deficiência e dos Direitos Humanos
Acompanha a implementação de políticas para a deficiência em Portugal e nos países de língua oficial portuguesa e promove processos participados de monitorização e de desenvolvimento dos direitos humanos das pessoas com deficiência.
- Organizações Não Governamentais das pessoas com deficiência com registo no Instituto dos Registos e Notariado
- Unidade Acesso – Fundação para a Ciência e Tecnologia

Relatórios

- Acesso Cultura (2018). Além do físico: barreiras à participação cultural
- Europe Beyond Access (2020). Disabled artists in the mainstream: a new cultural agenda for Europe
- IETM (2017). Permission to stare
- Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (2019). Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2019

Manuais

- Acesso Cultura, Exemplos de histórias visuais para as sessões descontraídas
- Association of Registered Graphic Designers de Ontario (2019). A practical handbook on accessible graphic design / <http://rgd-accessibledesign.com/resources/>
- Art Possible Ohio (2020). Cultural Access Guide
- British Dyslexia Association, Dyslexia Style Guide
- Centro de Recursos para a Inclusão Digital/Instituto Politécnico de Leiria, Guiões acessíveis
- Cidade de São Paulo, Símbolos de acessibilidade
- Clara Mineiro (coord.) (2017). Comunicação inclusiva em monumentos, palácios e museus. Turismo de Portugal e Direção-Geral do Património Cultural (eds).
- Culturehive (2016). An accessible marketing guide
- Department of Health, Social Services and Public Safety (2011). Fire Safety Law: The evacuation of disabled people from buildings
- Diretrizes de acessibilidade web
- Dora Alexandre (2013). A deficiência na Comunicação Social – Guia de Boas práticas jornalísticas [já não se encontra *online*, solicitar cópia à Acesso Cultura]

- Historic England (2015). Easy access to historic buildings
- Independent Street Arts Network (2009). Access Toolkit: Making outdoor art events accessible to all
- Instituto de Museus e Conservação (2004). Museus e Acessibilidade
- Instituto Nacional para a Reabilitação (2007). Acessibilidade e mobilidade para todos: apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de Agosto
- Lighthouse International, Effective Colour Contrast
- Ministério da Cultura do Brasil/Secretaria do Audiovisual (2016). Guia para produções audiovisuais acessíveis
- National Endowment for the Arts et al. (2003). Design for accessibility: A cultural administrator's handbook
- National Fire Protection Association (2016). Emergency evacuation planning guide for people with disabilities
- Shape Access Guide (2015). Ensuring your venues and events are open to all: A brief access guide
- UK Home Office (2017). Design para a acessibilidade
- Unlimited (2018). Demystifying Access – A guide for producers and performance makers: how to create better access for audiences to the performing arts

Livros e atas de conferências

- Brandstetter, G., Hartung, H. (eds) (2017). *Moving (Across) Borders: Performing Translation, Intervention, Participation*. [transcript]
- O'Reilly (2016). *Atypical Plays for Atypical Actors*. Oberon Books
- Oliver, M. (2009). *Understanding Disability: From Theory to Practice*. Palgrave, 2nd edition
- Salasar, D. N, Sousa, C., Michelon, F. F. (2019). "Patrimônio para todos: o estado da arte da acessibilidade cultural para pessoas com deficiência nos principais museus nacionais no Brasil e em Portugal". Em XV Encontros de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 31 de julho a 3 de agosto 2019, Universidade Federal da Bahia-Brasil, In: EDIÇÃO 2019 – XV ENECULT, p-1-15. ISSN: 2318-4035
- Sandell, R., Dodd, J., Garland-Thomson, R. (eds) (2010). *Re-Presenting Disability. Activism and Agency in the Museum*. Routledge
- Sandell, R. (2007). *Museums, Prejudice and the Reframing of Difference*. Routledge

Artigos e posts

- Brown, J. (2019). Dance and the Social Model: 'we could be more sexy than that'
- Carroll, J. (2020). Autism and the concert environment
- Coelho, B. (2019). Jorge Falcato: Sou discriminado todos os dias. Não podemos viver de jeitinhos
- Eswaran, V. (2019). The business case for diversity in the workplace is now overwhelming
- Forber-Pratt, A.J. (2019). Yes, you can call me disabled
- Hampus Sethfors (2017). Accessibility according to actual people with disabilities. Axxess Lab
- InovaSocial (2018). Deficiências invisíveis: o que são e o que você precisa saber sobre elas
- Liebowitz, C. (2015). I am disabled: on identity-first versus people-first language
- Paskett, Z. (2019). "It's not anarchy, it's inclusivity": How relaxed performances are opening up theatre
- Raquel, A. (2020). Audiodescrição: recurso essencial de acessibilidade
- Sousa, C. (2016). E se entrasses numa livraria e pedisses um livro multiformato?
- The Guardian (2018). The Guardian view on disability and the arts: time for change (editorial)

- Vlachou, M. (2018). Towards cultural access and participation in Portugal
- Vlachou, M. (2016). Ilimitado (Unlimited)
- Vlachou, M. (2014). Pessoas com deficiência: de coitadinhos a heróis?
- Wang, B. (2019). It's perfectly OK to call a disabled person "disabled"
- Young-Howze, R. (2016). Invisible disability: Are you OK? The best accommodation out there

Vídeos

- Acesso Cultura, Acesso às artes: uma questão de gestão (Jornada, 2016)
- Evelyn Glennie, How to truly listen (TED Talk, 2003)
- Fundación Prevent, Lo incorrecto: Una nueva mirada hacia la discapacidad
- National Disability Arts Collection and Archive, Social Model of Disability
- Stella Young, I am not your inspiration, thank you very much (TED Talk, 2014)
- Sue Austin, Deep sea diving... in a wheelchair (TED Talk, 2012)

Websites

- [Acesso Cultura](#)
- [Accessible Theatre](#)
- [Cultura Acessível](#)
- [Disability Arts International](#)
- [Invisible Disabilities Association](#)
- [Shape Arts](#)
- [Unlimited](#)
- [W3C Web Accessibility Initiative](#)

Acesso Cultura, Associação Cultural

acessocultura.org

geral@acessocultura.org

Missão

A Acesso Cultura é uma associação cultural, sem fins lucrativos, que promove o acesso – físico, social, intelectual – à participação cultural.

Visão

Tornar a diferença *mainstream*.

Princípios

Evitar o “para todos” e o “especial”
Promover a autonomia
Garantir a qualidade

Iniciativas e Serviços

- Cursos de formação
- Conferência anual
- Seminários
- Debates públicos
- Consultorias e diagnósticos de acessibilidade
- Estudos e publicações
- Prémios Acesso Cultura

**A participação
cultural de
pessoas com
deficiência ou
incapacidade
Como criar
um plano de
acessibilidade**